



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP).
DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR.**

**A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR PELO PONTO DE VISTA DOS
PRODUTORES E CONSUMIDORES DA “CASA DO PRODUTOR”, MUNICÍPIO
DE MEDIANEIRA, PARANÁ**

SAMUEL BARRETO SIQUEIRA

Foz do Iguaçu
2015



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP).
DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR.**

**A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR PELO PONTO DE VISTA DOS
PRODUTORES E CONSUMIDORES DA “CASA DO PRODUTOR” NO
MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, PARANÁ**

SAMUEL BARRETO SIQUEIRA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto Latino-
Americano de Economia Sociedade e
Política, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Desenvolvimento Rural e Segurança
Alimentar.

Orientadora: Prof^a. Dra. Silvia A.
Zimmermann

Foz do Iguaçu
2015

SAMUEL BARRETO SIQUEIRA

A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR PELO PONTO DE VISTA DOS
PRODUTORES E CONSUMIDORES DA “CASA DO PRODUTOR” NO
MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, PARANÁ

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto Latino-
Americano de Economia, Sociedade e
Política, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Desenvolvimento Rural e Segurança
Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dra. Silvia A. Zimmermann (UNILA)

Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior (UNILA)

Prof. Dr. Dirceu Basso (UNILA)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2015

AGRADECIMENTOS

*“Fora o inverno e o tempo ruim, eu não sei o que espera por mim”
Tempo Ruim – Matanza.*

Agradeço em primeiro momento, a meus pais, Samuel e Neiva, maiores motivadores, tanto moral quanto financeiramente, que tive nesse processo de graduação e de concepção desse trabalho. Também cabe agradecer aos demais integrantes da família que tiveram considerável relevância nesse processo, em especial minha avó Aniza, meus tios Osmar, Cleuza e Neide e meus primos Rafael e Marycler.

Agradeço também aos professores do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, em especial aos professores, Dirceu Basso, Exzovildres Queiroz Neto e Régis da Cunha Belem, que passaram pelo melhor, e pelo pior, que o processo do desenvolver de um projeto universitário, como esse, pode oferecer. Além dos três, cabe agradecer a todo atual quadro de professores do curso que ajudam nesse permanente processo de construção do curso e da universidade, cabendo destacar o meu agradecimento a professora Silvia Aparecida Zimmermann, que “comprou a ideia” desse trabalho e, pacientemente, orientou-me, e aos professores Valdemar João Wesz Junior e Dirceu Basso que aceitaram fazer parte de minha banca.

Cabe agradecer aos produtores, tanto das Associações dos Agricultores Familiares e Ecológicos de Medianeira (Aafemed) quanto da Associação dos Produtores de Medianeira (Aprome), que comercializam seus produtos na “Casa do produtor”, e que me ajudaram a desenvolver essa pesquisa. À Cooperativa de Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (Coafaso), em especial ao José Fernando Battisti.

Também agradeço à Denise Palma pelos conselhos dados ao longo de minha estadia na “Moradia 1”, conselhos esses que auxiliaram em minha permanência e continuidade. Também tiveram importante relevância, nesse período, Renilde Cardoso e Roseli Schuster as quais também devo minha gratidão.

E claro, os eternos camaradas da luta cotidiana, que direta ou indiretamente têm parte em toda a caminhada até esse trabalho, Ademir Wille, Gustavo Bodaneze, Maria Luísa, Gionei Gaio, Glenda Rodrigues, Daniela Miranda, Jannie Guimarães, Géssyca Fernanda, Carla Távora, Flávia Barcelos, Jhennifer

Fermino, Juarez Wagner, Jacir Mocinsk, Jeverson Perez e todos os demais camaradas de universidade que me acompanharam até esse momento.

“Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social — a revolução russa — nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização Ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo.”

Josué de Castro

SIQUEIRA, Samuel Barreto. A Segurança e Soberania Alimentar pelo ponto de vista dos produtores e consumidores da “Casa do Produtor” no município de Medianeira, Paraná. 2015, 86 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo abordar a Segurança e a Soberania Alimentar a partir do ponto de vista dos produtores familiares que produzem e comercializam seus alimentos, processados ou não, na “Casa do produtor”, espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar no município de Medianeira – Paraná, bem como dos consumidores desses produtos. Busca-se, portanto, entender o que compreendem esses produtores/consumidores a respeito dos conceitos da Segurança e Soberania Alimentar e como essa percepção influencia em suas práticas diárias de produção e manipulação dos alimentos produzidos e comercializados na “Casa do Produtor”. Também, busca-se entender a percepção dos consumidores que frequentam esse espaço acerca dos temas de Segurança e Soberania Alimentar e a influência dos conceitos em suas escolhas. Em primeiro momento foi realizado um levantamento histórico da construção dos conceitos chave desse trabalho, Segurança e Soberania Alimentar, também é realizada uma reflexão a respeito do papel da Agricultura Familiar como responsável para a efetividade desses conceitos, e sua relação com os mercados locais. Por fim, foi realizada uma pesquisa de campo utilizando questionários de caráter qualitativo, e, posteriormente foi feita uma análise das informações coletadas junto aos entrevistados. Entende-se que existe uma percepção de Segurança e Soberania Alimentar, tais percepções não são conceituais, porém, diversos elementos como acesso, quantidade, qualidade e reconhecimento da importância da categoria, deixam claro essa afirmação de existência dessas percepções, mesmo que não conceituais, em suas práticas cotidianas. Esta percepção deve ainda ser lapidada, possivelmente pela aproximação da Agricultura Familiar, organizada, em constante diálogo com a sociedade.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. Soberania Alimentar. Agricultura Familiar. Mercados Locais.

SIQUEIRA, Samuel Barreto. La Seguridad y Soberanía Alimentaria desde el punto de vista de los productores y consumidores de la "Casa del Productor" en el municipio de Medianeira, Paraná. 2015, 86 páginas. Trabajo de Conclusión de Curso en Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria - Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz del Iguazú, 2015.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo abordar la Soberanía y la Seguridad Alimentaria desde el punto de vista de los agricultores familiares que producen y comercializan sus productos, procesados o no, en la "Casa del Productor", espacio comercialización de productos de la agricultura familiar en el municipio de Medianeira - Paraná, así como consumidores de estos productos. Buscar, por lo tanto, entender lo que entienden estos productores/consumidores acerca de los conceptos de seguridad y soberanía alimentaria, y cómo esta percepción influye en sus prácticas cotidianas de producción y manipulación de los alimentos producidos y comercializados. Además, tratan de entender la percepción de los consumidores que frecuentan este espacio acerca de los problemas de seguridad y la soberanía alimentaria y la influencia de los conceptos en sus opciones. Por primero, se realizó un estudio histórico de la construcción de los conceptos clave de esta obra, la Seguridad y Soberanía Alimentaria, también se celebró un debate sobre el papel de la agricultura familiar como responsable de la eficacia de estos conceptos, y su relación con los mercados locales. Por último, se realizó una investigación de campo utilizando cuestionarios cualitativos, y más tarde se hizo un análisis de la información obtenida de los encuestados. Se entiende que hay una sensación de seguridad y soberanía alimentaria, tales percepciones no son conceptuales, sin embargo, elementos como acceso, calidad, cantidad, y el reconocimiento de la importancia de la categoría, dejan claro la afirmación de que hay la existencia de esas percepciones, pero no conceptuales, pero en sus prácticas diarias. Esta percepción todavía debe ser pulida, posiblemente por la aproximación de la Agricultura Familiar, organizada, en constante dialogo con la sociedad.

Palabras clave: Seguridad Alimentaria. Soberanía Alimentaria. Agricultura Familiar. Mercados Locales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Uma tipologia de mercado para a agricultura familiar	44
---	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Localização da “Casa do Produtor”	55
Fotografia 02 – Produtos da “Casa do produtor” divulgados em um noticiário	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Síntese da problemática alimentar entre os anos de 1930 e 1980	14
Quadro 02 – Síntese da iniciativa dos blocos regionais	25
Quadro 03 – Síntese das políticas públicas para a Agricultura Familiar	41
Quadro 04 – Canais de comercialização da Agricultura Familiar	45
Quadro 05 – Transito de produção da Agricultura Familiar por meio de seus vínculos de mercado	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Influencia (percentual) dos estabelecimentos agropecuários (familiar e não familiar) na produção de alimentos básicos da dieta brasileira (Brasil 2006)	37
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

AAFEMED	Associação dos Agricultores Familiares e Ecológicos de Medianeira
ABAG	Associação Brasileira de <i>Agrobusiness</i>
APROME	Associação dos Produtores de Medianeira
CMA	Cúpula Mundial da Alimentação
COAFASO	Cooperativa de Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNSA	Plano Nacional de Segurança Alimentar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REAF	Reunião Especializada da Agricultura Familiar
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

SUMÁRIO

1 O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR	13
1.1 O SIGNIFICADO DA FOME	13
1.2 O DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO (DHAA)	18
1.3 HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR.....	19
1.4 LIMITES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E A SOBERANIA COMO CONTRAPONTO.....	27
2 O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR	34
2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR	34
2.2 ALIMENTO OU MERCADORIA? LÓGICAS DE PRODUÇÃO	38
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS LOCAIS	44
3 OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DOS PRODUTORES E CONSUMIDORES SOBRE OS CONCEITOS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR	53
3.1 “CASA DO PRODUTOR”: UM LOCAL PRÓPRIO	53
3.2 PERCEPÇÕES DOS PRODUTORES/CONSUMIDORES DA “CASA DO PRODUTOR”	57
3.3 PERCEPÇÕES DOS CONSUMIDORES DA “CASA DO PRODUTOR”	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

Disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade são quatro dimensões desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para caracterizar a Segurança Alimentar. Tais dimensões são entendidas como amplas e fortemente criticadas por movimentos ligados ao campo, como a Via Campesina¹ e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esses movimentos do campo, principalmente a Via Campesina, defendem dimensões que garantam o “poder decisório” dos agricultores de produzir e beneficiar alimentos, dimensões que destacam o direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, a garantia do abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente a concorrência desleal de outros países. Essas dimensões levam ao surgimento do conceito de Soberania Alimentar no ano de 1996, criando assim um contraponto a Segurança Alimentar, termo frequente nas políticas desde os anos 50.

Tanto a Segurança quanto da Soberania Alimentar, envolvem diretamente os agricultores familiares e suas práticas cotidianas, somadas a suas formas de se relacionar com a sociedade como um todo. Estes conceitos também envolvem os espaços de comercialização de alimentos que levem em conta a relação produtor-consumidor, que fortaleçam as relações de confiança e possam romper com a lógica, de, basicamente, tornar o alimento uma ferramenta de geração de lucro, em vista de um caráter mais social-solidário desse inalienável direito de todo ser humano, que é o de se alimentar. Esse direito é muitas vezes negligenciado pela degradação das bases sociais, culturais, biológicas e econômicas da agricultura familiar, acarretando na desestruturação da Segurança e Soberania Alimentar, tanto nas escalas micro (local) quanto macro (nacional e/ou regional) levando a um estado de insegurança alimentar.

Diante destas questões, no Capítulo 01 são apresentados alguns conceitos essenciais para esse trabalho, como fome, Direito Humano a Alimentação Adequada

¹ Um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas (VIA CAMPESINA, 2007).

(DHAA) e Segurança Alimentar. Nesse capítulo são descritos os processos de construção dos conceitos mencionados e os atores e instituições envolvidas. Também, busca-se apresentar os limites da Segurança Alimentar, dados pelo debate sobre a Soberania Alimentar e suas dimensões.

No Capítulo 02 foi desenvolvida a caracterização da categoria Agricultura Familiar, considerada nesse trabalho a principal responsável pela garantia da Segurança e Soberania Alimentar. Esta tem como efeito direto/indireto de suas práticas a superação de possíveis processos de insegurança alimentar². Busca-se neste capítulo destacar o papel do agricultor familiar na Segurança e Soberania Alimentar, tendo como ferramenta os mercados locais de comercialização de alimentos.

O Capítulo 03 tem por objetivo apresentar o resultado dessa pesquisa que foi realizada por meio de perguntas dispostas em um questionário (Apêndice A) de caráter estruturado, sendo as perguntas de caráter qualitativo, pois entende-se que uma pesquisa qualitativa disponibiliza, de acordo com Jardim & Pereira (2009):

[...] informações que buscam a partir do universo subjetivo e de profundidade simbólica dos agricultores [...] suas visões de mundo, crenças e valores [...], pesquisa de natureza qualitativa permite privilegiar a compreensão sobre os significados que os acontecimentos têm para os sujeitos da investigação, enfatizando-se a importância da interação simbólica e da cultura para a compreensão do todo (JARDIM & PEREIRA, 2009, p.07).

As visitas foram realizadas nos dias 04 de novembro, para aproximação e apresentação dos objetivos dessa pesquisa aos administradores da “Casa do Produtor”; 06 de novembro, quando foram realizadas as entrevistas com os consumidores, pois foi informado que aos sábados o fluxo de consumidores é maior; e no dia 11 de novembro foi realizada a entrevista com os produtores/consumidores, visto que nesse dia o fluxo de produtores no espaço é maior e de consumidores não é tão grande, totalizando vinte (20) entrevistas, sendo dez (10) com os produtores/consumidores e dez (10) com os consumidores.

O capítulo é dividido em dois momentos. Em primeiro é descrito o local onde foi realizado o estudo, a “Casa do Produtor, apresentando dados gerais, como, localidade, histórico, fornecedores, e órgãos reguladores. E em segundo

² Neste trabalho entende-se por insegurança alimentar, quando as dimensões da Segurança Alimentar não são atendidas.

momento, dividido em duas sessões, são apresentadas as interpretações dos atores entrevistados nesse trabalho, relacionadas à percepção do que é a Segurança e a Soberania alimentar; práticas que para os produtores/consumidores são garantias da Segurança e Soberania Alimentar; percepção dos consumidores quanto aos alimentos adquiridos na “Casa do Produtor”; ainda, a percepção sobre a Segurança e Soberania Alimentar pelos produtores/consumidores bem como a identificação de alguns fatores que influenciam essa percepção do agricultor e do consumidor por meio de observações do autor do trabalho.

Ao final deste documento, tem-se as considerações finais onde o autor apresenta sua opinião a respeito da execução do trabalho e expõe uma reflexão final sobre os resultados encontrados.

1 O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Tanto no Brasil quanto na América Latina, os conceitos de Segurança Alimentar vêm sendo amplamente debatidos, em maior ou menor grau em cada país. Em alguns países sobressai o tema da Segurança Alimentar e Nutricional, em outros o da Soberania Alimentar, como será discutido ao longo desse capítulo. No caso do Brasil, que será a base desse levantamento, mais especificamente o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é debatido há pelo menos vinte anos, e consiste:

na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 - LOSAN).

Porém, destaca-se que o processo de construção deste conceito, que no Brasil engloba questões de qualidade, acesso e ao respeito à diversidade cultural e ambiental, não foi curto. Nesse sentido, pretende-se descrever neste capítulo o processo histórico da construção do conceito de Segurança Alimentar e, na sequência, discutir sobre alguns limites que este conceito pode ter, e como, dentro desses limites, por meio da Via Campesina, se desenvolve no início dos anos 2000 um novo conceito, o da Soberania Alimentar.

1.1 O SIGNIFICADO DA FOME

Em princípio, antes de se debater a Segurança e Soberania Alimentar, como fato e seus processos de fundamentação, cabe um breve momento para se discutir o seu objetivo alvo, que é o combate à fome. De modo geral, o combate a fome é um consenso entre os estudiosos que debatem a questão da fome, pois esta é considerada o mais profundo problema socioeconômico da nossa forma de sociedade organizada.

De acordo com Chonchol (2005, p.33) é nos anos 30 que se desenvolvem diversos fenômenos contraditórios no ponto de vista alimentar, que

segue até os anos de 1980. Neste longo período, observam-se mudanças no cenário alimentar internacional. Para deixar mais claro esse cenário, a partir do texto do autor, o Quadro 01 irá apresentar de forma sintética como a problemática da alimentação foi tratada entre os anos de 1930 e 1980.

Quadro 1 - Síntese da Problemática Alimentar entre os anos de 1930 – 1980.

Década	Acontecimento
1930	Stanley Bruce, ex-primeiro ministro australiano, denuncia na Sociedade das Nações ³ o paradoxo em que especialistas em nutrição humana alertam sobre a necessidade de se aumentar a disponibilidade de alimentos. Frente a essa situação, economistas recomendavam reduzir a produção agrícola mundial para resolver o problema dos excedentes de produção que não eram vendidos. Como resultado, foi gerada uma comissão para estudar as relações entre a agricultura, nutrição saúde e economia. Porém tal comissão foi dissolvida ao início da Segunda Guerra Mundial.
1940	Em 1945 o então presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt convoca uma reunião das Nações Unidas (ONU) para debater a agricultura e a alimentação, na qual participaram representantes de 44 governos e em 16 de outubro de 1945, quando é criada a FAO.
1950	Em 1952 as disponibilidades alimentares do mundo recuperam os níveis do pré-guerra. No ano de 1953 reaparecem excedentes nos Estados Unidos e os temores dos economistas dos anos 30 voltam a aparecer frente as situações de fome em países do Extremo Oriente ⁴ .

³ Sociedade das Nações (SDN) ou Liga das Nações, foi um órgão estabelecido em 1919. Tinha como um dos objetivos evitar guerras por meio de ações diplomáticas, garantindo assim a independência e a integridade territorial dos Estados. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes>> Acesso em 15/10/2015.

⁴ São considerados países do Extremo Oriente: China (exceto as províncias autônomas do Tibet, Quinghai e Xinjiang), ambas as Coreias, Japão e Taiwan. Disponível em: <<http://www.luventicus.org/mapaspt/asia/extremooriente.html>> Acesso em 15/10/2015.

	<p>Em 1954 a FAO lança a proposta de eliminação dos excedentes de produção, dos países que os tinham, destinando-os para os países que possuíam déficit de alimentos por intermédio da organização de doação de alimentos. Nos Estados Unidos é aprovada a Lei 480 ⁵, que estabelece condições de ajuda alimentar com os excedentes.</p>
1960	<p>Em 1962, diante da situação de fome no Extremo Oriente a FAO estabelece o Programa de Alimentação Mundial, com o objetivo de erradicar a fome e a desnutrição e a própria necessidade de ajuda alimentícia.</p> <p>No ano de 1965, com apoio da comunidade científica mundial, por meio do desenvolvimento de sementes de trigo e arroz de alto rendimento, começa na Ásia o desenvolvimento da Revolução Verde, que a grosso modo é um programa que incentiva o uso da genética, mecanização, uso intensivo de insumos para aumentar a produção agrícola, que mais tarde chegaria a América Latina.</p>
1970	<p>Em 1970, na Índia, mesmo tendo resultados espetaculares na área da produção com a Revolução Verde, os resultados sociais foram menos favoráveis, por exemplo, antes do processo da Revolução Verde, no país, 18% do campesinato não possuía terras. Já nos anos 70 essa porcentagem saltaria para 33%.</p> <p>No ano de 1972 mundialmente ocorre um aumento considerável nos preços dos alimentos, em primeiro momento pela queda na produção de cereais a nível mundial e em segundo pelas compras maciças da URSS ⁶ que esgotaram os estoques disponíveis. Bangladesh e Etiópia são atingidas pela fome.</p>

⁵ Posteriormente essa ajuda é substituída por contratos comerciais (CHONCHOL 2005, P. 33).

⁶ União das Republicas Socialistas Soviéticas (1922 - 1991), Estado socialista com uma população estimada em 1991 de mais de 293 milhões de pessoas e era composta por 15 países (Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão). Disponível em: <<http://www.jornallivre.com.br/168370/a-historia-da-russia.html>> Acesso em 16/10/2015

	Em 1974 a ONU convoca a Conferência Mundial da Alimentação, na qual os países participantes pactuam o compromisso de buscar meios para eliminar a fome da terra durante os próximos 10 anos.
1980 e 1990	Nos anos de 1980 e 1990, de modo geral, grandes situações de fome no mundo diminuem. A crise alimentar que perdurou dos anos 1973 – 1975 no Sahel ⁷ africano se resolve por meio da Organização de Ajuda Alimentar de Urgência. Também neste período, a produção mundial de trigo triplica. Especificamente, no ano de 1985, a Índia deixa de importar trigo e os déficits alimentares da URSS, China, América Latina e Ásia reduzem.

Fonte: Autoria própria adaptada de Chonchol (2005, p. 33 a 38).

Rosa (2010, p.12) afirma que a concentração da fome, em 2009, se faz presente na Ásia e Pacífico (642 milhões de pessoas), na África Sub-Saariana (265 milhões), América Latina e Caribe (53 milhões), no Leste Europeu e no norte da África (42 milhões).

Segundo Stedile e Carvalho (2010, p. 144) as ocorrências da fome sempre estiveram ligadas a diversos fatores, que vão desde o pouco conhecimento acumulado (práticas de produção), disputas e perda de territórios, guerras, fenômenos naturais e perda da mão de obra camponesa por alguma tragédia como, por exemplo, uma epidemia. Porém, para os autores, no desenrolar político-científico das últimas décadas, todas essas causas naturais foram, de certa forma, superadas. Segundo os autores, o conhecimento tecnológico desenvolvido e reproduzido no âmbito alimentar, as respostas rápidas dos governos às epidemias e à geopolítica contribuem para manter os ânimos mais em todo o globo, porém mesmo assim, a fome permanece presente, em maior ou menor grau, em todos os países do mundo.

Josué de Castro notório estudioso da problemática alimentar, especificamente da questão da fome, desde seus primeiros estudos, nos anos de 1930, caracterizou a “evolução” da fome como fato a ser combatido. Josué de Castro

⁷ Uma zona de transição entre a aridez do Saara e as zonas férteis das savanas sudanesas, possuindo 5.400 km de extensão e oscilando de 500 a 700 km de largura, essa faixa atravessa o continente africano passando por 13 países (Gâmbia, Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Argélia, Níger, Nigéria, Camarões, Chade, Sudão, Sudão do Sul e Eritreia). Disponível em: <<http://www.worldwildlife.org/ecoregions/at0713>> Acesso em 16/10/2015.

descrevia “a fome desagregando todas as fibras do organismo numa devastação impressionante ” (Castro, 1984 p.226). Na visão do autor existem duas formas de se morrer de fome: em primeiro, a não existência do alimento, ou seja, não comer nada e; a segunda seria que mesmo com a existência do alimento, ocorre a alimentação de maneira inadequada levando a um processo de carência e/ou deficiência específica. Para o autor essas duas situações são entendidas como fome aguda e fome crônica.

Segundo Monteiro (2003, p.8) a fome aguda se equivale a urgência de se alimentar e, demanda uma situação imediata. E, em segundo momento, temos a fome crônica, onde de acordo com o mesmo autor, é o processo de esgotamento das reservas individuais de nutrientes. Neste sentido, tendo em vista Monteiro (2003, p.8), a alimentação diária não é o suficiente para o indivíduo manter suas atividades diárias e seu organismo funcional, levando a uma gama de condições específicas e em seu final, também como a fome aguda, tem como resultado a morte.

De acordo com Stedile e Carvalho (2010, p.149) Josué de Castro já alertava que a fome e a desnutrição não são uma ocorrência natural, mas resultados das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si. Fazendo uso de dois conceitos desenvolvido por Josué de Castro, fome aguda e crônica, os autores caracterizam um novo “causador” da fome, que antes fora um problema aberto (secas, inundações, pragas, etc.), agora o “causador” da fome é oculto (instabilidade política, ineficácia na administração dos recursos naturais, dificuldade de acesso aos meios de produção, etc.). O “causador” da fome, para os autores, são as relações sociais, relações essas que, em sua essência, são os valores do capitalismo, onde o interesse econômico, que se torna base nas relações, não possui abrangência para poder dialogar com questões como o acesso ao alimento e a dignidade humana. (Stedile e Carvalho, 2010, p.150).

Segundo Lima (1984, p.25) Josué de Castro demonstrava, exaustivamente, a influência dos fatores sócio-econômicos sobre os fatores biológicos de nossa população, em que se pode perceber o destaque a incapacidade das instituições políticas de equilibrar os interesses privados dentro das estruturas políticas e as subestruturas socioeconômicas. Para o autor, diante desse cenário, se percebe a necessidade de se desenvolverem mecanismos que preservem os fatores biológicos.

Para o autor, uma das formas é levar o fator biológico ao âmbito jurídico, tornando-o um direito humano. Segundo Leão e Recine (2011, p.475), o direito humano é um direito inalienável com o objetivo de garantir às pessoas condições básicas permitindo as mesmas levar uma vida digna. De acordo com Luño (2007) os direitos humanos são entendidos:

“como un conjunto de facultades e instituciones que, en cada momento histórico, concretan las exigencias de la dignidad, la libertad y la igualdad humanas, las cuales deben ser reconocidas positivamente por los ordenamientos jurídicos a nivel nacional e internacional” Luño (2007, p 46-47)

Dentro desse debate do acesso à elementos essenciais e à vida, cabe aprofundar a discussão do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), apresentado no próximo item.

1.2 DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA)

No Brasil, quando se debate Segurança Alimentar desde 2010 devido a Lei 11.346/2006 e o Decreto 7.272/2010⁸, a alimentação nutricionalmente adequada é um direito do cidadão, e a garantia da segurança alimentar, um dever do Estado (IPEA, 2002, p.17). Entende-se que o direito à alimentação começa pela garantia ao cidadão ao acesso diário aos alimentos em quantidade e qualidade suficiente.

Descrevendo um histórico da construção da alimentação com um direito humano, a expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” tem origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), quando em 2002, o Relator Especial da ONU define:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna

⁸ A lei 11.346/2006 Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o DHAA e dá outras providências, e o Decreto 7.272/2010 Regulamenta a Lei nº 11.346 e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>> Acesso em 16/10/2015.

e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (ABRANDH 2013, p.27)

Entende-se que o período em que a ONU chega a esta definição é quando o mundo passa a perceber que a segurança alimentar não é conquistada apenas por ampliação nos números da produção de alimento, mas sim um problema relacionado ao acesso aos alimentos. Conforme documento da ABRANDH (2013, p.33), as Organizações Mundiais e países pelo mundo buscam, na atualidade, por formas de garantir esse acesso aos alimentos, a principal forma, tornar a alimentação um direito humano, onde as normas internacionais reconhecem o direito de todos a uma alimentação adequada, estando o sujeito livre da fome, como pré-requisito para realização de outros direitos humanos.

De acordo com Gamba e Montal (2009, p 59-60), o DHAA é composto por duas premissas inseparáveis, a disponibilidade do alimento em quantidade e qualidade suficiente, e a acessibilidade ao alimento.

Atualmente, diversos países pelo mundo buscam suas formas de colocar em prática esse direito. O Brasil no ano de 2010, com a Lei 11.346/2006, passou a assegurar esse direito entre os direitos sociais da Constituição Federal, levando assim as questões da alimentação à ordem jurídica. Entende-se que ao se tornar uma lei, a alimentação como direito não fica mais a mercê de planos de governos, logo, legalmente, seja um governo progressista, liberal, etc, o direito à alimentação deverá estar presente nas ações governamentais.

1.3 HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O conceito de Segurança Alimentar, conforme será visto entre os autores consultados, tem como característica uma permanente construção ao longo do tempo, ao passo que também é interpretado pelos mais diversos interesses. Neste item para facilitar a compreensão, será descrito o processo de construção do conceito de Segurança Alimentar.

Burlandy e Costa (2007 p.485) afirmam que a Segurança Alimentar enquanto conceito está ainda em construção, seja no campo teórico, seja no de formulação de políticas públicas. Como conceito, a Segurança Alimentar vem sendo construída ao longo das últimas décadas. Para os autores, a luta contra a fome subentendida dentro do conceito exige um conjunto de ações tanto de governos, mas também de ONGs, movimentos sociais e até organismos multilaterais. Burlandy e Costa (2007, p. 485) informam que a Segurança Alimentar como expressão política começa a ganhar maior destaque no período pós-guerra, em especial no continente Europeu, com a percepção focada na ampliação da oferta de alimentos como mecanismo para enfrentar a fome.

A Segurança Alimentar possui um caráter interpretativo, levando o conceito a ser utilizado de acordo com interesses dos atores políticos envolvidos, ou seja, essa pode reforçar os mais diversos discursos. Tal situação torna-se clara quando, dentro da ONU, se desenvolviam pequenos conflitos políticos-ideológicos:

Nessa época, nos recém-criados organismos internacionais, já se podia observar a tensão política entre aqueles que entendiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO –, por exemplo) e aqueles que compreendiam que a segurança alimentar seria garantida por mecanismos de mercado (Instituições de Bretton Woods, tais como o Fundo Monetário Internacional – FMI⁹ – e o Banco Mundial, entre outros) (ABRANDH, 2013, p. 11).

Conforme este documento, entende-se que nos discursos incluídos nesses debates, torna-se claro a tentativa dos principais blocos envolvido na discussão, FAO e FMI, de desenvolver uma hegemonia dos seus ideais e o que para eles é dado como certo. De um lado, percebe-se a FAO em busca de mecanismos nacionais de combate à fome, ou seja, ações de Estado, para o acesso à alimentação em quantidade e qualidade suficiente enquanto, do outro lado em contraponto, tinha-se o FMI que defendia um ideal mais mercantil de abertura de mercado como ferramenta para garantir a segurança alimentar na luta contra a fome.

⁹ O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem por objetivo promover a estabilidade financeira e a cooperação monetária internacional. Em julho de 1944 representantes de 44 países, em uma conferência das Nações Unidas, acordaram em estabelecer um marco de cooperação econômico como o objetivo de evitar as desvalorizações competitivas que acarretaram na Grande Depressão de 30. Em 2012 o FMI atualizou sua missão, agora englobando as problemáticas da macroeconomia e o setor financeiro que incide na estabilidade mundial. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/spa/glances.htm>> Acesso em: 16/10/2015.

No cenário pós-guerra, a Segurança Alimentar passa então a ser tratada como uma questão da insuficiência da disponibilidade de alimentos, cabendo aos países ricos o papel de promotores de ações de assistência alimentar por meio de seus excedentes de produção.

Ainda antes mesmo de terminar a II Guerra Mundial, Rosa (1998, p.17) destaca que instituições privadas, como a *Rockefeller* e a *Ford*, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução do capital, passaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP). Segundo o autor, estudos ocorreram, no México e nas Filipinas. Devido a essas mudanças entende-se que os alimentos estavam iniciando um processo de transição, deixando o seu caráter de alimento e começando a adotar características de ferramenta de acúmulo de capital:

Grandes empresários perceberam que um dos caminhos do lucro permanente eram os alimentos. Possuindo grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica), direcionaram tais sobras para a agricultura. Encarregaram as fundações Ford e Rockefeller, o banco Mundial, entre outros, para sistematizarem o processo. Estes montaram a rede mundial GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional – que é, na realidade, o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo (ZAMBERLAN; FRONCHET, 2001, p. 17).

Em primeiro momento, acreditava-se que o problema da insegurança alimentar era oriundo da incapacidade de alguns países (considerados pobres) produzirem seus próprios alimentos. Isto contribuiu para se difundir a Revolução Verde, que segundo Altieri (2004) é:

um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização (ALTIERI, 2004, p.7).

Ou seja, um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, que criou um forte aparato de apoio aos agricultores, no geral grandes latifundiários, desde crédito a assistência técnica, com foco na elevação da produção e da produtividade, porém, de acordo com ABRANDH (2013):

mais tarde, seriam identificadas as terríveis consequências ambientais, econômicas e sociais dessa estratégia, tais como: redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos (ABRANDH, 2013, p. 11).

É notório que o aumento da produção a nível mundial com práticas difundidas pela Revolução Verde não gerou um declínio da fome como se esperava. Constatase que na década de 70 se desenvolve uma crise na oferta de alimentos, em particular causada por problemas climáticos no continente africano, levantando questionamentos à tese de que a Segurança Alimentar garantia o aumento do nível de produção de alimento nos países, onde:

No início da década de 1970, a crise mundial de produção de alimentos levou a Conferência Mundial de Alimentação de 1974 a identificar que a garantia da segurança alimentar teria que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada à proposta de aumento da produção de alimentos. Ou seja, não era suficiente apenas produzir alimentos, era preciso também garantir a regularidade do abastecimento. O enfoque, na época, ainda estava preponderantemente no produto, e não no ser humano, ficando a dimensão do direito humano em segundo plano. Foi nesse contexto que a Revolução Verde intensificou-se, inclusive no Brasil, com um enorme impulso da produção de soja. A estratégia aumentou a produção de alimentos, mas, paradoxalmente, fez crescer o número de famintos e de excluídos, pois o aumento da produção não implicou aumento da garantia de acesso aos alimentos (ABRANDH 2013, p.12).

Em 1974 com o final da I Conferência Mundial da Alimentação, a FAO estabeleceu as seguintes prioridades: ampliar a pesquisa agrônômica; intensificar a produção de alimentos e a utilização de insumos modernos; melhorar as atividades de extensão e capacitação aos agricultores; desenvolver políticas e programas para melhorar a nutrição; implementar a carta mundial dos solos e de avaliação do potencial de produção das terras; ordenamento científico das águas, irrigação, armazenamento e luta contra as inundações; ampliar o papel da mulher; equilíbrio entre a população e oferta de alimentos; fomento da indústria de sementes; redução dos gastos militares para aumentar a produção de alimentos; ajuda alimentar às vítimas de guerras coloniais na África; criação do Sistema Mundial de Informação e Alerta sobre a Alimentação e a Agricultura; melhoria das condições de acesso ao comércio internacional de alimentos. (FAO/WFS/TECH96/, 1996, p.32-34).

Conforme os documentos visitados, com o passar dos anos a fome ainda persistia no cotidiano de várias nações, levando a organização a discutir novos rumos para a Segurança Alimentar. No final da década de 80 e início da década de 90 embora o aumento dos estoques e queda no preço dos alimentos, em especial nos países desenvolvidos, não houve eliminação da fome, e o problema parecia estar longe de ser resolvido. Nesse período, o processo de amadurecimento do conceito da

Segurança Alimentar incorpora preocupações, que segundo Vendramini *et. al.* (2012, p.1) emanavam de debates entre diferentes públicas e sociedade civil, adotando os parâmetros de disponibilidade e acesso aos alimentos, em diálogo com questões de quantidade, produção e preço. Assim, na XII Conferência Mundial em 1989, a FAO propõe que:

O objetivo final da Segurança Alimentar Mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo o momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos que necessitam (...) a Segurança Alimentar deve ter três propósitos específicos: assegurar a produção alimentar adequada; conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam (MENEZES 2001, p. 55).

Em 1996, durante a II Cúpula Mundial da Alimentação, realizada pela FAO, de acordo com Ortega *et. al.* (2006), é reafirmado o direito de todos os povos ao acesso à alimentos seguros e nutritivos, e é apresentada a missão a todos os governos presentes de se comprometerem a erradicar a fome em seus países, com o objetivo de reduzir pela metade sua população subalimentada e erradicar a fome até 2015. Dessa cúpula surge a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de ação da Cúpula Mundial da Alimentação, os dois com um objetivo em comum: segurança alimentar a nível individual, familiar, nacional, regional e mundial.

Existe Segurança Alimentar quando as pessoas têm a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferencias alimentar, a fim de levarem uma vida sã (Cimeira Mundial da Alimentação, 1996).

De acordo com Ortega *et. al.* (2006, p. 3), na declaração final da cúpula, a pobreza ganhou destaque como a principal causa da insegurança alimentar, em que políticas públicas deveriam ser voltadas a erradicar a pobreza e à desigualdade, melhorando o acesso de todos e a todo momento a alimentos em quantidade e qualidade suficiente, em vista a melhorar a sua eficiência de utilização. Ainda de acordo com o autor, a declaração final também apresenta o compromisso dos governos em colaboração com a sociedade civil, em assumirem o papel de atores participativos na luta contra a fome. Assim, a pobreza não é entendida como uma responsabilidade apenas do Estado e de seus governantes, mas do conjunto da sociedade.

De acordo com Schutter (2010, p.9), o Brasil há muitos anos tem desempenhado um importante papel na implementação do DHAA. Mesmo assim, de

acordo com o autor, a situação é paradoxal, pois em 2008 o país batia recordes de colheita ao mesmo tempo em que persistia uma quantia significativa de pessoas passando fome no país. Entende-se que esse cenário deixa claro que os enfrentamentos à fome, devem partir, também, das autoridades públicas, que deveriam ver as pessoas que estão passando fome não mais como pessoas com necessidades, mas sim pessoas possuidoras de direitos.

No Brasil, conforme mencionado anteriormente, o DHAA é entendido como um direito social, incluído no artigo 6º da Constituição Federal. O país também conta com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, conforme onde segundo Moreira (2010):

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) foi antecedida pela luta e decisão política do governo e da sociedade civil. Aprovada em 2006, a Losan adota como princípio a realização do DHAA e cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan), composto pela Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)¹⁰ e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) (MOREIRA, 2010, p. 19).

Consea (2009, p. 14) afirma que a conceituação da Segurança Alimentar no Brasil, coloca o conceito como um objetivo permanente e estratégico de ações de políticas públicas, sendo o conceito subordinado aos princípios do DHAA e da Soberania alimentar:

As políticas de SAN devem estar subordinadas aos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar [...] A vinculação aos princípios do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar, assim como a intersectorialidade das ações e programas públicos e a participação social, são características que diferenciam esse enfoque dos usos correntes da "segurança alimentar" por muitos governos, organismos internacionais e representações empresariais (CONSEA, 2009, p. 36-37).

Percebe-se assim, que ainda em construção, o conceito de Segurança Alimentar já possui suas estratégias de diálogo com outros conceitos na consolidação da obrigação do Estado, por meio das políticas públicas, e a intersectorialidade das esferas de poder e o comprometimento da sociedade. Entende-se então que o desenvolvimento da Segurança Alimentar, como conceito no Brasil se dá de maneira diferente do caso da Europa. Na Europa a noção de Segurança Alimentar nasce como estratégia militar com foco na independência alimentar. Já no

¹⁰ É um espaço de discussão e articulação entre o governo e a sociedade civil que tem como objetivo propor diretrizes para ações na área da segurança alimentar e nutricional. Recomenda-se acessar o site www.planalto.gov.br/consea

Brasil a noção se desenvolve em paralelo ao processo de redemocratização, com ênfase na equidade e no acesso aos alimentos.

De acordo com Maluf et. al. (1996, p. 66), a América Latina possui uma grande tradição no debate da questão alimentar, cabendo dar destaque ao papel do Josué de Castro, que fora um dos fundadores da FAO, e discutia os fenômenos da fome e suas causas políticas já na década de 30.

Ortega *et.al.* (2006, p. 13) afirma que a Segurança Alimentar na América Latina tem sido colocada em debate pelos países usando como ponto de partida as questões de oferta de alimentos e proteção de seus agricultores. Rosa (2010, p. 15) afirma que no ano de 2010 havia 86 programas em 31 países da América Latina e Caribe que tinham como objetivo garantir a Segurança Alimentar. O mesmo autor confirma que, muitas vezes questões jurídicas, financeiras e consenso político tem evitado a eficácia desses programas. O mesmo autor também afirma que:

Em geral, a sociedade civil organizada, tanto em âmbito nacional como regional, é muito mobilizada, sobretudo em comparação com outras regiões, tais como África e Ásia. A sociedade tem conseguido criar, desenvolver e aplicar abordagens sólidas para manter a questão da fome e da crise alimentar na agenda política e empreender esforços na luta pela promoção e garantia do DHAA (Rosa 2010, p.16)

Abaixo o Quadro 02 apresenta uma síntese de algumas iniciativas de Estados em cooperação, formando blocos regionais com enfoque na Segurança Alimentar na América Latina e Caribe, demonstrando que as estratégias de Segurança Alimentar também estão avançando a nível regional.

Quadro 02 – Síntese de iniciativas de blocos regionais.

Iniciativa	Descrição/Ações
América Latina e Caribe Sem Fome	Lançada em 2005 na Guatemala durante a Conferência Latinoamericana sobre a fome. Promovida pela FAO, tem por objetivo estimular os governos a priorizarem o combate à fome e a realização do DHAA ao mesmo tempo que estabeleçam processo de monitoramento do alcance das metas do milênio.
Aliança Bolivariana para os Povos das Américas (Alba) e Petrocaribe	Criação de uma empresa transnacional para o abastecimento alimentar da região (2007); acordo para a implementação de programas de cooperação em

	matéria de soberania e segurança alimentar e nutricional na região, com atenção a desenvolvimento agroindustrial (2008); iniciativa ALBA-Alimentos, com adoção de medidas técnicas e científicas para aumentar a produção sustentável de alimentos na região (2009); criação do “Fundo ALBA-Caribe para o Desenvolvimento Econômico e Social”, a partir de recursos oriundos do petróleo (2008).
Mercosul	Em novembro de 2008 foram assumidos compromissos de priorizar a transformação de políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional em políticas de Estado; fortalecer o apoio aos pequenos produtores e propiciar o estabelecimento de políticas e parcerias regionais destinadas à segurança alimentar e nutricional; criação da Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf), que é um espaço de encontro entre produtores rurais, organizações sociais e instituições rurais (governos) dos países membros que têm por objetivo discussão e geração de políticas públicas.
Comunidade Andina de Nações (CAN)	Definiu na reunião de seus ministros de agricultura (2004), as linhas gerais para uma política de SAN na região.
Caricom (Comunidade Caribe – 14 países)	Os chefes de Estado do Caricom lançaram em julho de 2009 a “Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar”

Fonte: Autoria própria adaptado de Rosa (2010, p. 15 - 16)

De acordo com Schutter (2010 p. 44), o mais importante é a utilização do que ele chama de “ferramentas”, com destaque a legislação e a definição de estratégias nacionais para identificar os “alvos”, melhorar a coordenação entre as diferentes esferas de governo e aumentar a responsabilização do Estado frente a garantia da Segurança Alimentar local.

Entende-se que as ações dos blocos regionais devem se focar em desenvolver mecanismos que possam monitorar o impacto dos programas de governos, para que a agricultura familiar não fique marginalizada e ao mesmo tempo

não acabe perdendo o seu caráter de produção diversificada, cadeias curtas¹¹ de produção que auxiliam na garantia da Segurança Alimentar local.

Conforme foi possível perceber, a Segurança Alimentar está em destaque nos discursos e nas ações de Estados que buscam a garantia do DHAA, mesmo estando, como conceito, ainda em processo de evolução, mas, como defende Alencar (2001, p. 144) “A evolução desses conceitos no plano internacional contribui em boa medida para fazer avançar a solução do problema da fome”.

Entende-se que, a segurança alimentar está sujeita a diversos interesses, por esse motivo, sofre duras críticas, por poder compor diversos discursos. Isso leva a pensar se existem limitantes dentro do conceito da Segurança Alimentar, fazendo com que esta mesma possa deslocar-se do ideal da luta contra a fome e garantia de uma alimentação, em quantidade e qualidade para a população. A seguir é apresentado um item que busca aprofundar essa reflexão.

1.4 LIMITES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E A SOBERANIA ALIMENTAR COMO UM CONTRAPONTO

“ (...) un pueblo que no logra producir su próprio alimento, és um pueblo esclavo. Esclavo y dependiente de otro país que le proveer las condiciones de sobrevivencia” (José Martí)

Relacionado aos direitos dos povos decidirem sobre o que consumir e o que produzir, emerge o debate da Soberania Alimentar. Esta cumpre um papel importante quando se discute o direito humano à alimentação adequada, principalmente na escala dos movimentos sociais, pois engloba a autonomia e as condições de vida dos agricultores familiares e camponeses de produzir seu próprio alimento, passando por questões de autossuficiência das nações em relação a produção de alimentos para consumo interno e a preservação da biodiversidade.

¹¹ Entende-se que é justamente nesta situação e contexto que surgem e se desenvolvem as cadeias agroalimentares curtas, que representam a interação da agricultura familiar com a dinâmica local do desenvolvimento. As cadeias agroalimentares curtas remetem a formas de comercialização que expressam proximidade entre produtores e consumidores, não única e necessariamente no aspecto espacial, mas a uma espécie de conexão que permita provocar interatividade, facilitando que ambos conheçam os propósitos um do outro (SCARABELOTTI e SCHNEIDER, 2012, p.103).

De acordo com Consea (2009):

a soberania alimentar diz respeito ao direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos. Essa referência vem sendo utilizada na promoção de modelos sustentáveis que promovam a produção de base familiar, na aproximação da produção e do consumo de alimentos e na valorização da diversidade de hábitos alimentares (CONSEA, 2009, p.36).

Thomaz Júnior (2008) ao debater o tema de Soberania Alimentar, afirma que:

A Soberania Alimentar supõe novas relações sociais, libertas das determinações do capital, portanto da opressão e das desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais, sendo que o direito de acesso à terra, à água, aos recursos públicos para produzir, às sementes e à biodiversidade seja garantido para aqueles que nela produzem os alimentos, social e culturalmente definidos pelos trabalhadores, ou seja, produtores e consumidores (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 25).

Segundo Moreira (2010, pg. 49), a Soberania Alimentar passa a ganhar espaço em 1996, quando o conceito é introduzido pela Via Campesina, em Roma no marco da Cúpula Mundial a Alimentação (CMA), realizada pela FAO.

Como principal ator responsável pela “descoberta” da Soberania Alimentar pelos organismos internacionais, temos a Via Campesina, que na década de 1990 já debatia em seus encontros possíveis soluções para o cenário de implantação e desenvolvimento das políticas agrícolas neoliberais. Campos & Campos (2007) afirmam tais políticas neoliberais para o campo eram impostas por governos de diversos países do mundo através de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial, que, segundos os autores “ são parceiros da Organizações das Nações Unidas para a Agricultura – FAO nos debates e projetos de segurança alimentar” (CAMPOS & CAMPOS, 2007, p. 6).

Sztutman (2006 *apud* CAMPOS & CAMPOS 2007) ao debater a Globalização e a Segurança Alimentar afirma que:

A Conferência Mundial de Alimentação, ocorrida em Roma, em 1974, definiu segurança alimentar como “o adequado suprimento alimentar mundial para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços”. Em 1983, sob impacto do fracasso da “revolução verde”, as discussões conduzidas pela FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação levam à redefinição do conceito de segurança alimentar como sendo a garantia do acesso físico e econômico das pessoas à alimentação básica que necessitavam (SZTUTMAN, 2006, *apud* CAMPOS & CAMPOS, 2007, p.6).

Em 1990, de acordo com Silva *et. al.* (2006, p.11) a FAO volta colocar em pauta o tema da Segurança Alimentar, propondo aos países que adotem políticas

de combate à fome, visto o crescimento do número de pessoas propensas, ou mesmo já tendo dificuldades de acesso a alimentação.

Segundo Rosset (2004 *apud*. CAMPOS & CAMPOS 2007, p.7) os movimentos sociais do campo, em especial os vinculados a Via Campesina, passam a questionar o conceito de segurança alimentar difundido pela FAO, afirmando que tal interpretação da organização está em completa sintonia com as políticas neoliberais e o agronegócio. Dando legitimidade a essa afirmação nesse trabalho, Campos (2006) afirma que:

Segurança alimentar significa que cada criança, cada mulher e cada homem devem ter a certeza de contar com alimento suficiente para cada dia. Porém este conceito não diz nada com respeito a procedência do alimento ou a forma como é produzido. Desse modo, Washington, pode argumentar que a importação de alimentos baratos dos Estados Unidos é uma excelente maneira que tem os países pobres de alcançar a segurança alimentar, mas sem a produção de alimentos próprios (CAMPOS, 2006, p.155).

Nota-se na fala do autor a crítica a possível abrangência que o conceito de Segurança Alimentar pode ter. Tal crítica também surge da Via Campesina, onde lendo alguns documentos disponíveis no site da Via e também de movimentos sociais que compartilham seus ideais, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)¹², percebe-se a interpretação de que a segurança alimentar tem maior preocupação em garantir os alimentos, sem se importar sua origem e sua forma de produção, podendo, tornar a agricultura familiar inviável. Isto por que entende-se, que “uma vez que a mera oferta de alimentos pode ser atendida através da importação ou da produção em larga escala, como as monoculturas e os confinamentos de animais” (SANTOS *et. al.* 2009, p. 10)

Percebe-se, a partir da leitura de diferentes referências bibliográficas, que a Soberania Alimentar tem em sua essência o direito de todos os povos decidirem sobre suas formas de produção, ou seja, suas políticas agrícolas e alimentares. Constata-se que o conceito foi constituído como forma de resposta dos movimentos sociais ao movimento de políticas agrícolas neoliberais que estavam se desenvolvendo em todos os países do mundo (Santos *et. al.* 2009).

¹² Movimento dos Pequenos Agricultores. Para compreender o que é Soberania para o MPA. Sugere-se a leitura de: <http://www.mpabrasil.org.br/soberania>

Para contrapor a Segurança Alimentar e a forma neoliberal, que estava usufruindo do conceito, com foco na garantia do acesso a alimentação, a Via Campesina propõe o conceito de Soberania Alimentar, definida como:

“o direito dos povos de definir sua própria política e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais(...)” (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, *apud* CAMPOS, 2006, p.154 – 155).

De acordo com Belik (2010, p. 179), a Soberania Alimentar se coloca no ambiente do poder entre os países e a autonomia das populações em suas escolhas relacionadas as suas dietas alimentares, políticas agrícolas, estratégias de produção, comercialização e distribuição de alimentos moldadas as variações culturais da população. Para o autor, a Segurança Alimentar tem sua consolidação como elemento para políticas públicas com ênfase nas características quantitativas e qualitativas dos alimentos, em principal sobre influência da crise de alimentos.

Considerando o debate até aqui, entende-se como contraponto, a Soberania Alimentar oferece o decisório, sendo este o caráter essencial, que faltaria para a Segurança Alimentar.

No Brasil, um exemplo claro de como a Segurança Alimentar foi usada para determinar uma lógica de mercado, agradando mais os interesses de exportadores de alimentos, ocorreu no final dos anos 80, onde de acordo com Moruzzi (2012), nesse momento, conforme o autor, a Segurança Alimentar era destacada pela oposição ao governo do então presidente Fernando Collor de Melo, liderada por Lula, no chamado gabinete paralelo¹³ através da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA). Para o autor, foi quando se criou a proposta de segurança alimentar envolvendo as questões de reforma agrária, políticas de emprego, renda e produção

¹³ Inspirado no sistema Inglês, o Gabinete ou Governo Paralelo se constitui como um instrumento de ação política para o exercício da oposição. Diante do alto grau de insatisfação com o governo de Collor de Melo, é estruturado o Governo Paralelo, sobre a liderança de Lula, com o objetivo de apresentar propostas e alternativas de políticas públicas, contando com apoio de vários expoentes da cultura, ciência e economia, como Antônio Candido (sociólogo), José Gomes da Silva (agrônomo) e Aziz Ab'Saber (geógrafo). Disponível em: <<http://www.institutolula.org/historia>> Acesso em 19/10/2015.

de alimentos, como ferramentas em conjunto na luta contra a fome. Ainda para o autor, outra proposta de Segurança Alimentar que tinha também como objetivo a luta contra a fome, amparada pela Associação Brasileira de *Agrobusiness* (ABAG), com o objetivo de reforçar o poder do setor agroindustrial, podendo ser considerada como produtivista, voltada ao aumento da oferta de produtos agroindustriais.

Considerando os textos mencionados, observa-se que ambas as partes, tanto o governo paralelo quanto a ABAG, tinham em seus discursos a Segurança Alimentar e cada qual com suas estratégias desenvolvimento que partia de concepções mais progressista a mais liberal. Como exemplo, é citado o caso do Consea, quando ocorre uma recomposição das forças políticas no Estado com a entrada do governo de Itamar Franco surge uma reaproximação entre o governo e o recém surgido Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (associada ao Governo Paralelo) onde segundo Marques (1990 apud. MALUF e ZIMMERMANN, 2014):

é a partir dessa parceria que se elaborou um conjunto de compromissos, que resultou no Plano de Combate à Fome e à Miséria e na constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), resultando na “emergência” do tema da segurança alimentar no cenário político federal (MARQUES, 1990 apud. MALUF e ZIMMERMANN, 2014 p.5).

Segundo Vivas (2014 p.1) um dos principais objetivos da Via Campesina em 1996, quando passou-se a discutir o conceito de soberania alimentar, era promover a agricultura local, camponesa em pequena escala com o foco em acabar com as ajudas que recebe a agroindústria para a exportação e com os excedentes agrícolas, que fazem a concorrência desleal aos pequenos produtores. Para a autora, de 1996 até os anos 2000, esses objetivos se expandiram e romperam a esfera camponesa, assumindo o caráter da toma de controle sobre os hábitos alimentares de uma sociedade.

Segundo dados da autora, percebe-se que o conceito de Soberania Alimentar assim como o de Segurança Alimentar, continua passando por mudanças. Em Cuba no ano de 2001 o conceito trouxe o direito dos povos de escolher a sua política estratégica e de produção, com foco no desenvolvimento das pequenas e médias produções e respeito das características culturais e a satisfação dos mercados locais. Em 2007, no continente africano, o conceito passou a agregar mais alguns

pontos, onde o direito dos povos de produzirem seu próprio alimento, torna-se um dever, nas palavras de João Pedro Stedile:

“Toda a população que deseja ser livre e autônoma tem a obrigação de produzir seus próprios alimentos. Portanto, é mais do que um direito, é uma determinação, uma condição política” [...] O entendimento de que a Soberania Alimentar somente será possível se acontecer em paralelo com a soberania política dos povos que precisam ter condições políticas para exercer a autonomia dos seus territórios e sobre o Estado, para que este possa aplicar políticas que gerem autonomia na produção de alimentos” (Stédile 2014) ¹⁴.

Neste sentido, Marques (2010) afirma que:

A polissemia do termo “segurança alimentar” deixa muita margem para interpretações muito distintas no que se refere à implantação de medidas de combate contra a fome ou à concepção de uma alimentação adequada. Em muitas destas concepções, as agriculturas locais – familiares, diversificadas, voltadas à produção alimentar e à comercialização regional – são negligenciadas enquanto propulsoras de soluções eficazes de satisfação alimentar [...] de todo modo, o termo segurança alimentar predomina nos fóruns internacionais em torno das questões agroalimentares, notadamente aqueles organizados pela FAO. Em contrapartida, a ideia de soberania alimentar oferece elementos para a construção de referências marcadamente ancoradas na proteção das agriculturas locais com vistas à concepção de políticas agrárias, agrícolas e alimentares [...] favorece a mobilização inovadora, fecunda e integrada de temas tais como agroecologia, circuitos curtos alimentares, reforma agrária, agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura ou desenvolvimento territorial (MARQUES, 2010, p. 85-86).

Pode-se perceber, a respeito da Segurança e da Soberania Alimentar, que até o momento, em maior ou menor grau, existem interações entre os dois conceitos. Entende-se de maneira geral, que cada conceito acabou adotando uma área de atuação, cabendo a Segurança Alimentar assumir a responsabilidade das questões jurídicas institucionais, enquanto a Soberania Alimentar assumiria a responsabilidade da política e das lutas. Estas questões são debatidas por Maluf e Zimmermann (2014), que defendem que não é possível dissociar Segurança e Soberania Alimentar, já que ambos os conceitos têm como referência DHAA, sendo esse princípio o elo fundamental e que supõe reflexões sobre os direitos dos povos acerca do que comer, como comer e como produzir.

No debate de conceito e contrapontos entre Segurança e Soberania Alimentar¹⁵ existe uma categoria social que está diretamente envolvida com ambos

¹⁴ Entrevista disponível em “Soberania Alimentar, os Agrocombustíveis e a Soberania Energética”. Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br/soberania>> Acesso em 14/10/2015.

¹⁵ Em outros trabalhos pode ser vista como Soberania e Segurança Alimentar, porém, após a apresentação do processo histórico dos dois conceitos, no capítulo 01 desse trabalho, a ordem “Segurança” e depois “Soberania” segue o processo de construção conceitual.

os temas, que é a Agricultura Familiar. De acordo com a FAO (2015)¹⁶ a agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos produzidos no mundo, sendo essa categoria também guardiã de 75% de todos os recursos agrícolas do mundo. Evidencia-se, por meio dessas características, como a categoria é “vital para a solução do problema da fome”¹⁷.

¹⁶ Informações disponíveis no site da organização <<https://www.fao.org.br/cafppef.asp>> Acesso em em 19/10/2015.

¹⁷ “Family farmers are not part of the problem: on the contrary, they are vital to the solution of the hunger problem” (SOFA 2014, pg. 6) Disponível em <https://www.fao.org.br/download/SOFI_i2.pdf> Acesso em 21/10/2015.

2 O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Nesse capítulo pretende-se apresentar o papel que a agricultura familiar tem na produção de alimentos, também busca-se refletir sobre as lógicas de produção de alimentos e seus efeitos na dimensão dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar. Na sequência desenvolve-se um debate sobre a categoria dentro da lógica dos mercados locais enquanto uma via mão dupla, tendo de um lado a própria categoria conseguindo ocupar um espaço de inserção de sua produção, e até mesmo de sobrevivência dentro da lógica atual de comercialização de alimentos; e por outro lado, traz-se esta categoria, os benefícios que oferece para a sociedade quanto a confiabilidade na qualidade do alimento, preço e características culturais locais.

2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é aqui entendida como aquela em que a propriedade, a gestão, a maior parte dos trabalhos e a distribuição dos resultados é feita por pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento (FAO/INCRA, 1996, p. 8). No Brasil a lei nº 11.326/2006 define a Agricultura familiar ou Empreendimentos Familiares como:

aquele que pratica atividades no meio rural, não detendo, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais¹⁸; utilize predominantemente a

¹⁸ Também entendido como módulo rural, sendo ele uma unidade de medida, expressa em hectares que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. Esse módulo é determinado pelo município, assim é possível notar, com ressalva a questões de qualidade do solo, uma maior discrepância entre o tamanho de uma propriedade (em hectares) de agricultores familiares entre os municípios, tanto a

mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A literatura indica que desde meados da década de 90 vem se desenvolvendo processos de reconhecimento e surgimento de instituições com foco no amparo e no desenvolvimento desse modelo de agricultura, pode-se citar como exemplo as políticas públicas específicas para a categoria como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁹, onde de acordo com Schneider e Gazolla (2013):

“o surgimento do Pronaf é um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira, porque representa a incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas para o meio rural” (SCHNEIDER E GAZOLLA, 2013, p. 45).

Porém, cabe ressaltar que antes disso, no ano de 1965, por meio da Lei 4.828/1965, o crédito rural no Brasil já era institucionalizado, onde Fossá *et. al.* (2015, p.2) afirmam não ocorreu um fortalecimento da agricultura familiar, cabendo destacar que a categoria ainda não era tida como politicamente ativa no âmbito institucional, suas maiores ações ainda estavam no âmbito social por meio dos movimentos social.

Entende-se que durante a revolução verde, que para Caporal (2008, p. 5) foi “responsável por danos ambientais e níveis de exclusão social de desproporcional grandeza”, fatores, por exemplo, como os preços, já não cobriam os custos de produção do pequeno produtor. Naquele cenário, a Agricultura Familiar se tornou inviável, economicamente falando, pois estava envolvida, querendo ou não, dentro de um sistema de produção voltado a produção intensiva e máxima eficiência.

Esse cenário, demonstra que apesar de todo esse processo, a Agricultura Familiar ainda se mantém viva e forte, e de acordo com Wülfing (2002, p. 8), atuando em diferentes formas de inserção no sistema produtivo e de escoamento de produção envolvendo a economia mercantil simples e a integração agroindustrial. Tais fatores de acordo com Müller (*apud* WÜLFING, 1998, p.9) articulam-se entre si e

nível nacional como estadual. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/o-que-e-modulo-rural>> Acesso em 21/10/2015.

¹⁹ Estabelecido pelo decreto 1.946/1996 e pela lei 11.326/2006, pode ser entendido como o reconhecimento, por parte do Estado, tanto da importância da categoria agricultura familiar, quanto da necessidade de fortalecimento da mesma.

dinamizam o setor na medida em que a participação de cada um na renda da estrutura familiar oscilam de acordo com a dinâmica do meio em que o estabelecimento se encontra.

A Agricultura Familiar é hoje uma grande ferramenta para o abastecimento interno de alimentos, tendo mais destaque com a emergência da crise internacional do sistema agroalimentar em 2008, onde de acordo com Conti *et. al.* (2015):

A FAO identificou alguns temas indispensáveis para o enfrentamento da crise alimentar, tais como: a alimentação e a agricultura; as mudanças agrícolas e agrárias, seus entornos macroeconômicos, os mercados agroalimentares e os preços dos alimentos; pobreza e desigualdades sociais; acesso à base de recursos como água, terra, bosques e potencial genético; mudanças climáticas, investimentos públicos e privados para reverter à crise alimentar nos países desenvolvidos e em desenvolvimento; políticas de segurança alimentar e nutricional; e modelos de desenvolvimento, especialmente na África (CONTI *et. al.* 2015, p. 60).

Tais temas deixam claro que essa crise de 2008 intensificou as preocupações no sentido do papel da Agricultura Familiar para a produção e abastecimento de alimentos, sendo essa sua capacidade mais difundida, assim, passando a ocupar centralidade nos debates teóricos e diversos estudos que vão desde a capacidade de produção até mesmo o debate da tipologia de o que seria o agricultor familiar.

Porém, seguindo o objetivo do trabalho e do capítulo, concentrar-se-á apenas no debate da categoria e sua importância na produção de alimentos, mas destacando que seu potencial não se reduz apenas a produção de alimentos, abrangendo as áreas da multifuncionalidade do espaço rural, da sustentabilidade ambiental e da sua força, como categoria, na geração de divisas.

De acordo com Glass (2011):

Uma radiografia da agricultura familiar elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2009, a partir do Censo Agropecuário de 2006 e de levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exibe dados interessantes sobre o setor. Comparado ao chamado agronegócio, ela domina as estatísticas em número de estabelecimentos rurais e em geração de empregos. Do total de cerca de 5 milhões de estabelecimentos existentes no País, 4,3 milhões são de agricultura familiar (84%) e 807 mil (16%) são de agricultura não familiar ou patronal. Os pequenos ocupam 12,3 milhões de pessoas (74%), e os grandes, 4,2 milhões (26%) (GLASS, 2011, p. 53).

Analisando dados do Censo Agropecuário Brasileiro²⁰ (2006), é possível afirmar que a categoria é grande responsável pelos produtos básicos da alimentação brasileira, reforçando o papel estratégico da Agricultura Familiar na dinamização do espaço rural, onde mesmo tendo predominância no autoconsumo, possui uma importância socioeconômica para a Segurança Alimentar e estratégica para a Soberania Alimentar. Pois, mesmo ocupando 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, de acordo com França (2009, p.24), 45% desse território eram destinados à pastagem, 24% destinado a sistemas agroflorestais, matas ou florestas 22% para as lavouras.

Utilizando dados do Censo Agropecuário Brasileiro (2006) é possível demonstrar a participação direta da Agricultura Familiar na produção de alimentos básicos da sociedade nacional, como é demonstrado na Tabela 01, abaixo.

Tabela 01 – Influência (percentual) dos estabelecimentos agropecuários (familiar e não familiar) na produção de alimentos básicos da dieta brasileira – Brasil – 2006.

Tipo de produção vegetal	Percentual de estabelecimentos agropecuários		Percentual da quantidade produzida (Quilogramas)	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Arroz em casca	89,4	10,6	33,1	66,9
Feijão preto	90,1	9,9	76,2	23,8
Feijão de cor	89,0	11,0	53,5	46,5
Feijão fradinho	90,3	9,7	83,8	16,2
Mandioca	90,6	9,4	83,2	16,8
Milho em grão	88,4	11,6	45,6	54,4
Café canephora	84,4	15,6	55,1	44,9
Galinha	85,9	14,1	51,2	48,8

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006 (apud CONTI *et. al.* 2015, p. 70).

²⁰ Realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou pela primeira vez a categoria agricultura familiar em suas estatísticas. (FRANÇA, 2009, p. 11).

Quando se observa alguns dos produtos mais típicos da produção dos estabelecimentos²¹ familiares, pode-se ver a importância da agricultura familiar na dieta alimentar dos brasileiros, voltada essencialmente para o abastecimento interno, demonstrando assim a importância da categoria com os objetivos da Segurança Alimentar e Soberania Alimentar.

Diante dessa afirmação, cabe desenvolver a partir desse momento um novo item, focado em debater a lógica de produção brasileira e a agricultura familiar dentro dela.

2.2 ALIMENTO OU MERCADORIA? LÓGICAS DE PRODUÇÃO

O Brasil foi, e ainda é, um país especializado em exportações de produtos primários. Nassif (2011, p.1) afirma que estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) já alertava que o perfil exportador do país estava mudando, entre os anos de 2007 e 2010, de forma que as *commodities* avançaram de 41% para 51% no total dos produtos exportados do Brasil.

Esse cenário vem de uma condição histórica de processos que tinham por objetivo modernizar o meio rural brasileiro, porém como já tratado em momentos anteriores nesse trabalho, as ações de modernização estavam focadas na grande produção. Pode-se afirmar que tal condição colaborou com a prevalência do latifúndio, que diretamente reafirma a concentração de terra, renda e riquezas. Atendendo uma nova realidade mundial, em especial nas lógicas de produção e comercialização dos alimentos, a substituição de produção de alimentos que fazem parte da alimentação

²¹ O Censo 2006 considerou como estabelecimento agropecuário “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável” (FRANÇA, 2009, p.20). De acordo com este autor, as áreas não-contínuas, exploradas por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo setor censitário, utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho, etc.) e os mesmos recursos humanos (o mesmo pessoal), e, também, desde que estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador.

da população por alimentos com foco na exportação, gera algumas mudanças nos hábitos alimentares, onde de acordo com Elias (2003)

Foram muitos os impactos no território brasileiro. (...) teríamos a organização de dois Brasis: de um lado, o Brasil que produz alimentos para o mercado interno, e de outro, o produtor de matéria-prima para as modernas agroindústrias, principalmente as exportadoras (ELIAS, 2003, p. 69).

Dentro desses dois Brasis, termo utilizado por Elias (2003), durante quase todo o século XX, as pequenas unidades de produção, hoje categorizadas como Agricultura Familiar, ficavam no esquecimento, longe do acesso aos investimentos e subsídios que possibilitariam uma vida digna a esses produtores, sacrificando a categoria em pró de um modelo economicamente viável, para alguns governos, de agroexportação. Entretanto, estudos²², que debatem a questão agrária brasileira, dão destaque a potencialidade da Agricultura Familiar para a economia nacional. Pois:

Essa importância se dá graças à sua capacidade de produção para suprir as necessidades do grupo familiar e produzir gêneros alimentícios para a população urbana, assegurando baixos preços. Porém, apesar dessa importância econômica, esse grupo de produtores encontra-se em desvantagem, tanto na produção como na comercialização de seus produtos, pois sempre foi colocado em segundo plano pelas políticas agrícolas e agrárias em toda a história da formação econômica brasileira (VENÂNCIO, 2008 *apud*. CUNHA, 2012 p.6).

Tal situação em que a Agricultura Familiar se encontrava começa a mudar a partir da década de 1990, onde começa a ser reconhecida e debatida como um conceito, dentro desse debate conceitual de o que é a agricultura familiar. Entende-se que a discussão conceitual da Agricultura Familiar como categoria é necessária, sendo essa ampla e complexa. O conceito de Agricultura Familiar possui um grande ator de afirmação, o Estado Brasileiro, onde, de acordo com Schneider *et. al.* (2004):

O surgimento desse programa (PRONAF), representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – [...] até o início da década de noventa não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura (SCHNEIDER *et. al.* 2004, p.21).

²² Alguns exemplos são: TEDESCO (2001), VENÂNCIO (2008), SCHNEIDER (1999 e 2003) e WANDERLEY (2000).

Entende-se então, que ao criar o PRONAF, o Estado contribui para a legitimação do conceito tanto a âmbito nacional como internacional, como é o caso da criação da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) que teve como principal ator promotor o Brasil²³.

Porém, entende-se que mesmo dentro desse cenário de reconhecimento conceitual e de desenvolvimento de políticas, a Agricultura Familiar ainda possui grandes dificuldades quando é colocada frente ao agronegócio. De um lado um sistema incentivado por políticas agrícolas que estimula a verticalização da produção, tendo seus resultados reconhecidos, sobretudo nas características do aumento da produtividade e das divisas para o país por meio de sua exportação; e do outro lado, a categoria que se tornou responsável de atender as demandas do mercado interno e da alimentação popular.

Refletir a Agricultura Familiar e as lógicas de produção, acarreta em refletir sobre a estrutura agrária, visto que a terra é o meio de produção essencial para essa categoria, levando a discussão da “Função Social da Terra”²⁴. As chamadas “Novas Fronteiras Agrícolas” são o novo palco para essa dificuldade da Agricultura Familiar frente ao agronegócio, a região hoje chamada de Matopiba²⁵ é um bom exemplo. Ao se fazer uma busca simples em notícias, oficiais ou não, é possível identificar algumas dessas questões:

[...] Kátia Abreu [ministra da agricultura] visita os quatro estados que abrangem o território para apresentar Plano de Desenvolvimento Agropecuário, que vai oferecer assistência técnica e cursos de capacitação [...] “Estamos transformando e aumentando a produção de grãos nesta região sem desmatamento, convertendo áreas de pecuária em áreas de agricultura. Enquanto no Brasil a produção cresce 5% ao ano, no Matopiba cresce 20%, e hoje já representa 10% da produção nacional”, afirmou (PLANALTO, 2015).

²³ A REAF foi proposta pelo governo brasileiro em 2004 com o objetivo de fortalecer a integração regional. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/aipc/integra%C3%A7%C3%A3o-regional-reaf-mercotel>> Acesso em 01/11/2015.

²⁴ O princípio da função social da terra ressalta o sentido que a terra está a serviço do homem e, não, o homem a serviço da terra, mas, que a terra não é mercadoria e, sim, um meio de produção ou de utilidade social (SODERO, 1968, p.89).

²⁵ A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias modernas de alta produtividade. Disponível em <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>> Acesso em 01/11/2015.

Na seção de notícias sobre o emprego e economia, no site oficial do Brasil, temos a notícia de que o “Preço médio da Terra no Brasil aumentou 300% nos últimos anos” onde:

Em algumas regiões, como no estado do Tocantins, a variação chegou a quase 700% [...] A terra representa no Brasil 70,5% do valor dos bens existentes nos estabelecimentos agropecuários. Os demais valores são distribuídos em prédios, instalações e benfeitorias, lavouras permanentes e temporárias, matas e outros bens, como veículos, máquinas e animais. [...] o aumento da produtividade agrícola pode estimular a demanda de terra, como também arrefecer uma eventual pressão sobre o aumento do preço (PORTAL BRASIL, 2015).

Entende-se que as possibilidades de ganho, somada as ações de governo pró-produção com vistas a exportação, mercantilizam e aumentam a demanda pela terra. Assim, com as pressões econômicas, a pequena produção acaba sendo inviabilizada e a impossibilidade de se cumprir de fato com a função social da terra. Outra consequência da terra como mercadoria é a segregação social, onde entende-se que a especulação imobiliária gera pressões, das mais diversas, tira o direito do agricultor familiar de ter ou manter seu pedaço de terra para desenvolver suas atividades.

Hoje, existem diversas políticas públicas destinadas a categoria Agricultura Familiar, objetivando melhorar as condições para que a mesma possa produzir e comercializar. O Quadro 03 apresenta síntese de algumas dessas políticas e seus respectivos objetivos.

Quadro 03 – Síntese das políticas públicas para a Agricultura Familiar.

Políticas Públicas	Objetivos
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Permite o acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da Agricultura Familiar. Tendo como público alvo agricultores familiares, assentados, comunidades e povos tradicionais. Possui linhas de crédito que vão desde produção a alimentos (orgânicos, agroecológicos, tradicional) até créditos destinados a públicos específicos como mulheres e jovens.

Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	Tem por objetivo melhorar os processos do trabalho, e consequentemente a qualidade de vida dos agricultores familiares, por meio da assistência técnica.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Programa tem por objetivo atender a populações de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar. É uma das ferramentas chave do programa Fome Zero, amparado pela Lei 12.512/2011.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Também amparado por lei, Lei 11.947/2009, o programa exige que ao menos 30% da alimentação das escolas públicas sejam provenientes da Agricultura Familiar.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Tem por objetivo financiar a aquisição de imóveis rurais não passíveis de apropriação. Também prevê o investimento em infraestrutura com duas linhas de financiamento: combate à pobreza rural e a consolidação da Agricultura Familiar.
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2)	Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem por objetivo garantir e melhorar o escoamento de produtos da Agricultura Familiar por meio da entrega de maquinários que ajudam na manutenção das estradas dos municípios atendidos.
Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal (SUASA)	Busca legalizar e acelerar a implantação de novas agroindústrias familiares, também descentralizar os serviços de inspeção incentivando o desenvolvimento local.
Programa Terra Legal	Assegura a titularidade das propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal.
Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária	Assegura judicialmente a posse do imóvel ao agricultor familiar.

Terra Forte	Visa estimular e apoiar o incremento de renda nos projetos de assentamento por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais.
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)	Objetiva estimular a produção e o consumo de combustíveis que não sejam derivados de petróleo por meio do incentivo à agricultores familiares a cultivar oleaginosas que possam ser utilizadas na produção desse combustível.
Garantia Safra	É um seguro que serve de garantia aos agricultores familiares em caso de perda de produção causada por problemas climáticos, como a seca, por exemplo. Ele é voltado aos produtores com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por mês, desde que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e tenham feito a adesão ao Programa Garantia-Safra
Direito a Cidadania	Tem como meta combinar quantidade e qualidade para os novos assentamentos, a fim de convertê-los em comunidades rurais autônomas integradas, com garantia de condições de vida digna aos moradores por meio de acesso à cidadania, infraestrutura, fomento à produção e preservação ambiental.
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	Busca garantir a alfabetização e educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nas áreas dos assentamentos.
Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo)	Busca qualifica trabalhadores por meio de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural.

Fonte: Elaborado a partir de dados MDA (2013, p. 11-79).

Percebeu-se até aqui que a categoria Agricultura Familiar conquistou uma parcela das ações do Estado, mas que não garante uma total sobrevivência do agricultor dentro da dinâmica local de produção.

Nesse momento cabe então desenvolver uma nova seção com objetivo de discutir a agricultura familiar e os mercados locais. De acordo com Ploeg (2008 *apud* LAMPA 2014 p.51) cerca de 85% da produção mundial de alimentos produzido no mundo vêm sendo distribuídos através de circuitos curtos e descentralizados, como feiras de produtos da agricultura familiar dos mais diversos segmentos, orgânicos, artesanais, tradicionais, agroecológicos, etc.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS LOCAIS.

Entende-se os mercados locais como porta de interação entre agricultura familiar e a sociedade, pois de acordo com WILKINSON (2008 *apud* PLEIN & FILIPPI 2011 p.110), “podemos identificar pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto; intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público”. Os autores destacam uma tipografia dos mercados, elaborada por Wilkinson (2008), com seus respectivos perfis e desafios. Para melhor apresentação desse panorama a Figura 01 irá apresentar essa tipologia.

Figura 01 – Uma tipologia de mercados para a Agricultura Familiar.

Mercado	Perfil	Desafios
<i>Commodities</i>	Velhos e Novos Mercados Locais e a Distância	Padronização, Legislação, Qualidade Mínima e Escala
Especialidades	Discriminado por Grau de Associação com a Localidade / Tradição	Concorrência de Novos Entrantes
Orgânicos	Grau de associação à Saúde e/ou a um Modo Específico de Produção	Certificação, Escala, Pesquisa
Artesanais	Denominação de Origem ou não	Qualidade, Normas Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
Solidários	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda	Escala, Variabilidade, Qualidade
Institucionais	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variabilidade, Escala

Fonte: Wilkinson (2008 *apud* PLEIN & FILIPPI 2011 p.110)

Sendo os produtores, individuais ou associados, a agricultura familiar vem adotando estratégias para desenvolver articulações com os mercados. Considera-se nesse trabalho a categoria Agricultura Familiar como essencial para o processo de Segurança e Soberania Alimentar. Ao observar-se a Figura 01, identifica-se cinco mercados essenciais para a Agricultura Familiar desenvolver o seu papel com a Segurança e Soberania Alimentar, com destaque para os orgânicos, artesanais, solidários e institucionais. Entende-se que tais mercados também são uma saída econômica para os agricultores, pois a baixa intensidade do uso de capital na produção e a valorização cultural são ferramentas competitivas da categoria.

Estes cinco mercados destacados, possuem como característica uma melhor integração com quatro canais de comercialização, sendo eles, venda direta, integração vertical, venda para distribuição e mercados institucionais. Para dar melhor clareza desses quatro canais, o Quadro 04 apresenta os quatro canais de comercialização desenvolvidos pelo autor e suas definições.

Quadro 04 – Canais de comercialização da Agricultura Familiar

Canal de comercialização	Característica
Venda direta	Envolve todas as operações de entrega direta de mercadoria ao consumidor final pelo produtor, tais como: venda de rua, feiras livres, feiras especializadas e vendas na propriedade.
Integração vertical	Venda de produtos como matéria-prima para beneficiamento pelo comprador. No caso brasileiro, cabe dar destaque ao leite, fumo, tomate, suínos e aves.
Vendas para distribuição	Caracterizada por atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação.
Mercados institucionais	PAA, PNAE.

Fonte: Wilkinson (2003 *apud* PIERRE E VALENTE 2010 p.6)

A consolidação desses canais de comercialização é uma ferramenta para o desenvolvimento e manutenção das estratégias de produção da agricultura familiar, e também, no caso dos mercados institucionais, são necessários para a preservação da Segurança e a Soberania alimentar.

Entende-se que a Agricultura Familiar, como categoria, pode ser uma ferramenta de desenvolvimento da Segurança e Soberania Alimentar a partir do momento em possui características, produtivas e culturais, suficientes para adentrar nos novos mercados alternativos. Como já apresentado anteriormente nesse capítulo, mais especificamente na seção 2.1, a realidade da produção brasileira demonstra que a Agricultura Familiar se apresenta de uma forma muito expressiva no cenário nacional, entendendo-se que a mesma pode ser uma peça fundamental para mudanças na lógica do sistema agroalimentar, visto “a capacidade de eficiência da agricultura familiar, mesmo pouco capacidade de acesso a tecnologias, como também assistência técnica e políticas públicas.” (GUANZIROLI *et. al.* 2001 *apud* WESZ JUNIOR, 2008, p.38).

Cruz & Schneider (2010), apontam, que algumas portas de acesso para a agricultura familiar se desenvolver dentro dos mercados locais, como a forte valorização dos produtos orgânicos, tradicionais, artesanais, etc., porém, os autores destacam, que mesmo assim, existe a possibilidade do risco da apropriação desses produtos pelas grandes indústrias de alimentos “que veem, em produtos como esses, promissores nichos de mercado” (CRUZ & SCHNEIDER, 2010 p.35).

Maluf (2004, p.303) defende que essa valorização de novos produtos, esses carregados de características locais que se diferem dos alimentos padronizados que geram reflexos até a produção agrícola, desenvolvem novas oportunidades de mercado, facilmente acessíveis a Agricultura Familiar. O autor também entende que esses desenvolvem veículos simultâneos que vão “desde a inserção desses agricultores em mercados de nicho nacionais e internacionais [...] até o aprimoramento dos circuitos regionais” (MALUF, 2004, p.304). Ao distinguir esses vínculos, o autor diferencia-os em cadeias integradas nacional e internacionalmente, onde a vinculação da Agricultura Familiar é dada sobre forma contratual e os circuitos regionais de produção, comercialização e consumo de alimentos. Para melhor entendimento, o Quadro 05 apresenta os vínculos da Agricultura Familiar com o mercado, desenvolvido por Maluf (2004), suas respectivas estruturas participantes, seus

horizontes de atuação e os principais produtos agrícolas que transitam por esses vínculos.

Quadro 05 – Transito de produção da Agricultura Familiar por meio de seus vínculos de mercado.

Vínculo de mercado	Principais estruturas	Horizonte de Atuação	Produção em trânsito
Circuitos Integrados (Nacional e internacionalmente).	Cooperativas de grande porte, corporações agroindustriais, indústria alimentar, Intermediação mercantil e redes de supermercados.	Mercado nacional e internacional, porém, os agentes de grande porte possuem autonomia para definir suas estratégias regionais no interior do país.	Soja e milho (Destinados à exportação ou a agroindústria); Trigo (destinado a indústria de massas e panificações); animais (destinados a agroindústria de carne); Leite (destinado a indústria de laticínios); Frutas (consumo <i>in natura</i> ou produção de sucos doces e conservas) ²⁶ .
Circuitos regionais de produção, distribuição	Produtores agrícolas, pequenas cooperativas e	Se baseia na proximidade física entre os agentes, varejos tradicionais especializados, e	Carnes diferenciadas (galinha caipira); Derivados de

²⁶ Claro está que a maioria desses produtos é comercializada também pelo varejo tradicional de pequeno porte, fato que não altera o argumento principal quanto à dinâmica diferenciada desse tipo de encadeamento em relação aos circuitos regionais (MALUF, 2004, p.307).

e consumo de alimentos.	associações, pequenos empreendimentos urbanos.	mercados locais e regionais.	carne (embutidos como o salame colonial); farinhas; queijos típicos e requeijões; frutas (naturais ou em polpa); hortaliças (do dia); pescados (fresco); conservas e doces em geral.
-------------------------	--	------------------------------	--

Fonte: Autoria própria adaptado de Maluf (2004, p. 307-310).

Percebe-se, então, a partir desse quadro, que os circuitos regionais são uma boa estratégia de mercado para a agricultura familiar, visto que se tornam uma “via de mão dupla” ao oferecer produtos que carregam em si uma carga de expressões culturais e tradicionais, atende à demanda de uma sociedade que busca novas alternativas de produção, e ao mesmo tempo, essa sociedade gera maior demanda de espaços que possam ser ocupados pela Agricultura Familiar. Isso gera a possibilidades de reprodução sócio-cultural da mesma, ou seja, sendo os mercados locais essenciais para a agricultura familiar como ferramenta de sobrevivência dentro do cenário atual de produção. Também são essenciais para o local, visto que leva a repensar a qualidade dos alimentos e o sistema agroalimentar vigente, sendo assim uma ferramenta de avanços tanto nas questões econômicas, de saúde e culturais.

Entende-se que os mercados locais são fundamentais para a viabilidade da agricultura familiar, canais de comercialização como feiras de produtos orgânicos e/ou produtos tradicionais, também fortalecem a agroindústria familiar, outro seguimento essencial para essa categoria, pois, de acordo com Wülfing (2002):

a viabilização de pequenas agroindústrias, o aumento das garantias de qualidade através da certificação e a consolidação de relações calcadas na confiança mútua entre produtores e consumidores são fundamentais para viabilizar o acesso seguro dos consumidores a produtos diferenciados, desconcentrando o abastecimento de alimentos e permitindo aos agricultores apropriarem-se de parte do valor adicionado ao preço final dos produtos por agentes econômicos intermediários (WÜLFING, 2002, p.17).

Outro papel que cabe destaque à Agricultura Familiar dentro dos mercados locais, é a mudança nos padrões de consumo, pois de acordo com Goodman (2003 *apud* SCARABELOTTI & SCHNEIDER, 2012, p.108) em uma sociedade onde a confiança nos impérios alimentares e nos sistemas formais de vigilância está abalada, existe a necessidade da Agricultura Familiar se inserir nos circuitos alimentares para atender as demandas dessa sociedade “com a confiança abalada”.

Considerando os autores mencionados, desse modo, entende-se o surgimento de um novo ator no debate do acesso da Agricultura Familiar aos mercados, o consumidor, sendo esse uma ferramenta que pode ser utilizada a favor da categoria na ocupação, e até mesmo de criação, de espaços de comercialização, como já dito antes. Os consumidores, hoje em dia já estão organizados em movimentos sociais econômicos, que de acordo com Portilho (2009) são:

Aqueles em que os atores constroem uma nova cultura de ação política visando a desapropriação da economia a partir de valores próprios. Esta interface entre movimentos sociais e mercado é, talvez, a característica mais marcante, diferenciadora e polêmica das mobilizações políticas atuais. (PORTILHO, 2009 p. 204)

Portilho (2009) afirma essa interação entre os movimentos sociais e o mercado é uma característica marcante dentro do cenário atual. Porém, como a mesma autora frisa, o movimento do consumo, que ela chama de “politizado” atrai os atrai atores “não-organizados” (PORTILHO, 2009, p. 2010), ou seja, não ligados a movimentos já institucionalizados como por exemplo o direito dos consumidores.

Entende-se que esse processo depende diretamente de um trabalho de politização do consumo em todas as esferas, ou seja, é necessário um trabalho de emancipação cidadã, e antes de tudo emancipação do próprio produtor.

Como defende Portilho (2009, p. 212) o consumo politizado pode demonstrar a carga de conflitos, valores e desejos dentro do ato de consumir, tira o consumidor do papel de passivo na relação com o mercado. Entende-se que a globalização e o *boom* das possibilidades de acesso a informação, em grande medida, graças aos avanços tecnológicos que criaram um novo nível de socialização da informação, tornou fácil a reflexão, na grande maioria dos casos, sobre nossas ações como um todo, e claro, nossas ações de consumo. Giddens (1996 *apud* PORTILHO 2008) exemplifica, ressaltando que:

Nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por eventos que acontecem do outro lado do mundo. De modo posto, hábitos dos estilos de vida locais tornam-se globalmente determinantes. Dessa forma, minha decisão de comprar um determinado artigo de vestuário tem implicações não só para o sistema internacional de trabalho, mas também para o ecossistema terrestre. (GIDDENS, 1996 *apud* PORTILHO, 2008, p.9).

Após o debate neste item, entende-se que, entre outras questões, o que fica é refletir a respeito de como valorizar e divulgar o papel essencial da Agricultura Familiar no mercado local, tanto para a sociedade quanto para o próprio produtor. Entende-se que o cenário ainda evidencia dois lados: de um lado encontra-se a Agricultura Familiar, que ainda possui sérias dificuldades de organização para ocupar os espaços dados ou conquistados e; de outro lado, o próprio consumidor politizado²⁷ que não é organizado, onde ambos se encontram dentro de um ambiente em que se está clara a necessidade de reorganizar o atual sistema agroalimentar. Porém, tal reorganização demanda a participação dos agricultores e consumidores, ambos em sinergias, somados ao Estado.

Assim, entende-se que cabe ao agricultor familiar, organizado, explicitar a possível situação, anteriormente levantada por Cruz & Schneider (2010)²⁸, para os consumidores, por meio de um processo de emancipação política onde demonstre que não é apenas o produto em si que está em debate, mas toda a cadeia produtiva (do campo à mesa) e a sociedade em conjunto no processo de produção, comercialização e consumo.

A Agricultura Familiar, desenvolveu, e continua desenvolvendo caminhos dentro das dinâmicas do mercado, porém, ainda na sua grande maioria de forma individualizada, o que dificulta por exemplo, a ocupação de espaços nas compras públicas como é o caso do PAA e do PNAE. Fica claro a necessidade de se pensar estratégias, não mais individuais, mas sim associadas, ou seja, desenvolver um processo de associativismo, para que a categoria possa alcançar esferas não alcançáveis individualmente, como destaca Maluf (2004, p. 319), o aprimoramento do

²⁷ Entende-se nesse trabalho que o consumidor, diante da gama de acessos à informação que possui hoje, é direta ou indiretamente politizando, possui suas escolhas e hábitos, no caso do trabalho, alimentares, que foram formados ao longo do tempo, tanto por experiências próprias ou mesmo por informações adquiridas, influenciam no que cabe a suas escolhas alimentares.

²⁸ Onde os autores destacam a possibilidade da apropriação dos produtos tipicamente da agricultura familiar pelas grandes indústrias de alimentos “que veem, em produtos como esses, promissores nichos de mercado” (CRUZ & SCHNEIDER, 2010 p.35).

processo de produção, o acesso a tecnologias, créditos e subsídios, a atualização de suas práticas contábil-administrativas, mercadológicas e financeiras.

Ao debater as alternativas organizacionais para a Agricultura Familiar, em especial a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) ²⁹, FBB & UNICAFES (2013), destacam como instrumento estratégico para a Agricultura Familiar, a comercialização e o estreitamento da relação produtor-consumidor, para o domínio da cadeia produtiva e a agregação de valor, onde:

É necessário que a sociedade brasileira reconheça o papel e a importância econômica dos empreendimentos cooperativistas na dinâmica da economia local, na geração de trabalho e distribuição de renda, na produção limpa de alimentos, na inclusão social e no exercício de uma nova cultura de viver a economia. Assim, o Cooperativismo Solidário é crucial para alavancar o desenvolvimento e reduzir a pobreza nas diversas regiões de nosso país (FBB & UNICAFES, 2003, p. 13).

Entende-se então que, a Agricultura Familiar possui um papel essencial para o desenvolver dos processos de Segurança e Soberania Alimentar, para isso, a categoria avançou e ocupou espaços nos mercados locais por meio de suas características. Cabe a atenção, de que a categoria pode estar se tornando muito dependente desses mercados, ao ponto de participarem do processo de Segurança Alimentar local e ao mesmo tempo entrarem no processo de Insegurança Alimentar das famílias de agricultores, ou seja, a relação da agricultura familiar com o mercado, resultando no que Balem e Silveira (2005, p.2) chamam de “erosão cultural alimentar”³⁰. Para estes autores, erosão cultura alimentar significa a dependência financeira que a agricultura familiar pode desenvolver quanto ao acesso aos alimentos básicos na estrutura familiar produtiva.

²⁹ A União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) foi fundada em junho de 2005, na cidade de Luziânia (GO). A Organização Não Governamental propõe a inclusão social dos cooperados articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, das melhorias de qualidade de vida, da preservação da biodiversidade e da diminuição das desigualdades. Atuante em cinco regiões do país, compondo aproximadamente 1.100 cooperativas. Disponível em <<http://unicafes.org.br/quem-somos>> Acessado em 10/11/2015.

³⁰ Para maior aprofundamento do assunto, se recomenda a leitura do texto “A erosão cultural alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar” de Balem & Silveira (2005), disponível em: (<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigo%20erosao%20alimentar.pdf>).

Assim, percebe-se uma linha extremamente tênue nessa relação da Agricultura Familiar e seu processo de mercantilização, quando se envolve os debates de Segurança e Soberania Alimentar.

3 OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DOS PRODUTORES E CONSUMIDORES SOBRE OS CONCEITOS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Esse capítulo tem por objetivo apresentar o resultado da pesquisa, em primeiro momento caracterizando o local de estudo “Casa do Produtor” e em segundo, apresentado as informações e os pontos de vista dos produtores/consumidores e consumidores que frequentam esse espaço tanto para compra quanto para venda de produtos alimentares. Como dito na introdução desse trabalho, foram realizadas no total vinte questionários, sendo dez para os produtores/consumidores e dez para os consumidores, realizadas nos dias 06 (consumidores) e 11 (produtor/consumidor) de novembro de 2015.

3.1 “CASA DO PRODUTOR”: UM LOCAL PRÓPRIO

Como é possível identificar no Apêndice B desse trabalho, foi elaborado pelo autor, junto a vice coordenação do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, um Ofício destinado a Cooperativa de Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (Coafaso)³¹ contendo questões, voltadas a entender o histórico e regras do espaço de comercialização “Casa do Produto”, o detalhamento apresentado abaixo é baseado nas respostas a este ofício.

A “Casa do Produtor” localizada na Rua Santa Catarina n° 2355 no município de Medianeira – Paraná³² foi inaugurada em 11 de julho de 2009, com a união de duas associações, a Associações dos Agricultores Familiares e Ecológicos de Medianeira (Aafemed) e a Associação dos Produtores de Medianeira (Aprome). Ambas faziam até então feira em locais distintos do município. Com objetivo de

³¹ Para maiores informações a respeito da instituição recomenda-se ao acesso ao site da mesma <<http://www.coafaso.com.br/coafaso-quem-somos>>.

³² Como o trabalho preza apenas o local de estudo, para maiores informações sobre o município recomenda-se o acesso aos dados do IBGE disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411580&search=|infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>.

unificar a venda dos feirantes pensou-se em ter um local próprio para executar esta venda, por isso ambas as associações decidiram juntar recursos financeiros e comprar o terreno onde hoje é a Casa do Produtor Rural. Cada associação contribuiu proporcionalmente ao número de feirantes que cada uma possuía na época da compra do terreno. Os recursos para construção do barracão vieram da Prefeitura de Medianeira. A mesma cedeu uma sala para os artesãos venderem seus produtos, porém este algum tempo depois desocuparam a sala que hoje é utilizada pela Coafaso.

Hoje na Casa do Produtor Rural estão presentes as seguintes entidades: Aafemed, Aprome e a Coafaso (unidade Medianeira). Cada entidade é responsável pelo seu espaço dentro da Casa do Produtor Rural, porém algumas despesas são divididas (água, luz, segurança eletrônica), proporcionais ao espaço e tempo utilizado. Outras despesas, cada entidade é responsável pela sua.

Na Aprome são 20 agricultores que realizam a venda individual, e cada feirante é responsável pelos produtos comercializados em sua banca. Já na Aafemed/Coafaso a venda é coletiva, ou seja, os agricultores deixam os produtos no local e quem faz a comercialização são os funcionários da Coafaso. Nesse sentido, o agricultor só recebe por aquilo que foi vendido, o restante o mesmo leva de volta para casa ou é feito doação para entidades, quando o produto ainda pode ser utilizado (ou algumas pessoas levam para tratar animais galinhas, porcos, etc.). Cabe destacar, também, que no espaço é realizada a venda de produtos de não sócios, aqueles que por um motivo ou outro não se enquadram nas regras para se associarem. Porém sobre seus produtos incidem alguns impostos a mais do que para os produtos dos agricultores associados.

Entre 2009 e 2011, quem era responsável pela venda dos produtos era a Aafemed, mas como a associação não pode fazer venda e/ou comercialização por ser associação, em outubro de 2011 foi criada a Coafaso (Unidade Medianeira) para poder legalizar as vendas tanto dos sócios da Aafemed que vendiam na feira, como para facilitar a venda dos agricultores para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tanto municipal quanto estadual. Desta maneira, estima-se que vendem mensalmente na Coafaso Unidade de Medianeira, incluindo o fornecimento para o PNAE, em torno de 100 agricultores. Para vender na Coafaso é preciso se enquadrar (documentação necessária) como sócio ou não sócio. Conforme já

mencionado, para o não sócio existe incidência mais alguns impostos, dependendo do produto. Neste caso, é obrigatório que os produtos processados sejam legalizados. Para os sócios da Coafaso ainda não é obrigatória a legalização de produtos transformados ou minimamente manipulados, mas a cooperativa vem trabalhando no sentido de incentivar os agricultores a registrarem seus produtos no serviço de inspeção, tanto municipal quanto estadual, quando for o caso.

Como todo espaço de comercialização, a “Casa do Produtor” também possui os seus órgãos reguladores, com destaque para o Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Prefeitura (Alvará, Cadastro de Produtor Rural), Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Receita Estadual, Ministério do Trabalho e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB).

O movimento local gira em torno de 1.500 a 2.000 pessoas por mês que compram algum produto na Casa do Produtor. A Aafemed/Coafaso tem um maior percentual desse movimento, pois a mesma atende de segunda à sexta-feira das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 18h00min. Na quarta-feira abre às 06h00min e nos sábados atende das 5:00min às 12:00min, devido ao atendimento dos agricultores da Aprome que vendem nesses dias.

Conforme as respostas emitidas para o ofício entregue a Coafaso, a maioria dos consumidores que vai até a Casa do Produtor sabe que estarão comprando produtos diretamente do agricultor, originários da agricultura local ou regional, podendo também encontrar produtos orgânicos. Desta maneira, mesmo alguns produtos sendo mais caros, a população tem a concepção que comprar na “Casa do Produtor” vai ajudar a desenvolver a economia local. E ao mesmo tempo, tem a segurança que, se algum produto apresentar problema, eles sabem com quem reclamar e trocar o produto.

Com o objetivo de caracterizar melhor o local, seguem as Fotografias 01 e 02.

Fotografia 01 – Localização da “Casa do Produtor”.



Fonte: Autor e Google.

Fotografia 02 – Produtos da “Casa do Produtor” divulgados em noticiário local.



Fonte: Revista Digital Guia Mais³³

³³ Notícia: “É dia de feira, terça-feira, quarta-feira, não importa a feira” disponível em <http://www.guiamedianeira.com.br/materiasRevistaGuia/8590/E+dia+de+feira,Terca++feira,+quarta-feira,+nao+importa+a+feira> Acesso em 11/11/2015.

3.2 PERCEPÇÕES DOS PRODUTORES/CONSUMIDORES DA “CASA DO PRODUTOR”

Nessa seção pretende-se apresentar o resultado das entrevistas feitas com os produtores que comercializam e também que consomem os produtos da “Casa do Produtor”. Ao todo foram realizadas 10 entrevistas aos produtores/consumidores.

É importante esclarecer no início nessa seção, que após os debates de Balem & Silveira (2005), a respeito da “erosão cultural alimentar”, entendeu-se que os produtores não são apenas produtores, mas também são consumidores. Nesse sentido, os produtores aqui entrevistados foram analisados enquanto produtores/consumidores.

As entrevistas com os produtores/consumidores foram divididas em quatro tópicos, i) uma pergunta relacionada a idade do produtor e ao tempo que comercializa seus produtos; ii) duas perguntas relacionadas a percepção do produtor/consumidor a respeito dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar; iii) duas perguntas relacionadas ao produtor e ao espaço de comercialização; iv) sete perguntas relacionadas ao papel do produtor como consumidor, totalizando treze perguntas. Para dar maior conforto e liberdade ao produtor/consumidor questionado, propôs-se o anonimato, assim, quando for apresentada a fala dos produtores/consumidores, será expressa a letra “P”, produtor, e o número referente ao produtor/consumidor entrevistado, sendo de 1 a 10.

As respostas serão apresentadas de acordo com a estrutura do questionário, dando ênfase em respostas chave, que possam esclarecer melhor os pontos de vista dos produtores/consumidores.

A primeira pergunta, do primeiro tópico da entrevista, é relacionada a idade dos produtores/consumidores e ao tempo de feira (“Qual a sua idade e a quanto tempo trabalha com a venda de sua produção? ”). Constata-se que a idade dos entrevistados variara entre os 33 e 69 anos. Quando questionados a respeito do tempo de feira, percebeu-se, que em grande maioria, possuem mais de 20 anos de atuação na comercialização:

“[...] nasci no campo então sempre trabalhei na roça, de feira contado todo o período que vendo fora daqui, vai para mais de 20 anos” (P1);

“Tenho 63 anos, se formos juntar feira e venda na rua, que vendo com o carro, vai dar uns 50 anos, sempre ajudei em casa desde novinho, cedo ia para a escola e a tarde ajudava a vender na rua com meu pais, já no sábado acordava bem cedinho para vir na cidade vender na feira” (P3);

“50 anos e vendo em feira desde que tinha uns 12 anos com meu pai. ” (P5);

“41 anos e tenho 30 anos de feira, comecei com a família ” (P10).

Observa-se, a partir das falas dos produtores/consumidores, a iniciação desde cedo, em família, as relações com o mercado. E em alguns casos, como no “P3”, percebe-se que não é citada a palavra trabalho, mas sim ajuda³⁴, deixando claro que o papel realizado pelo mesmo no campo e na feira não deveria ser considerado árduo, mas sim, um processo “natural” do dia-dia.

O segundo tópico da entrevista, relaciona-se a percepção do produtor/consumidor a respeito dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar e continha duas perguntas, sendo duas voltadas ao entendimento da Segurança Alimentar e uma sobre a Soberania Alimentar.

A primeira era “Você já ouviu falar sobre o conceito de Segurança Alimentar?, e a segunda “O que você entende por Segurança Alimentar?”.

As respostas se já tinham conhecimento foram sim e não, basicamente. Dos que já ouviram falar no conceito, apenas um produtor informou ter escutado falar do conceito: *“Sim, uma vez vi falar no jornal isso” (P7).*

Quanto ao que os produtores/consumidores entendiam a respeito do conceito de Segurança Alimentar, foi possível notar dois pontos em que as respostas se concentraram. O primeiro ponto envolve a questão da qualidade dos alimentos, por meio do órgão de fiscalização, citando direto a vigilância sanitária e o produto, como pode-se observar a seguir a exemplo dos produtores “P1”, “P2” e “P4”:

“Eu acho que segurança alimentar tem a ver com a vigilância sanitária, alguém que faz o controle do que tem na comida” (P1);

“Tem a ver com a vigilância sanitária? Acho que é, a vigilância vendo o controle da qualidade do que trazemos para vender” (P2);

“acho que pode ser a vigilância sanitária ou alguém que controla a qualidade da comida que vendemos” (P4).

³⁴ Cabe ressaltar que na sociologia rural a questão da ajuda é arduamente debatida, assim, indica-se a leitura de Analte (1997), Carneiro (2001) Paulilo (1987), Schneider (2003), Tedesch (2009).

O segundo ponto de vista exalta a qualidade relacionada as práticas da produção, envolvendo a responsabilidade do produtor e seu processo de produção na garantia da Segurança Alimentar. Como pode-se verificar nas afirmações a seguir:

“tem a ver com a qualidade do alimento que eu produzo e que vendo” (P5);
“ (...) mas acho que tem a ver com a qualidade do alimento, como é produzido, o uso de veneno ou não” (P8).

Notou-se apenas uma fala que se referia ao acesso aos alimentos, emitida pelo “P3” que disse *“acho que é quando você come bem, trabalha e tem dinheiro para comprar a comida” (P3).*

Quanto a percepção sobre a Soberania Alimentar, por meio da pergunta “E Soberania Alimentar, já ouviu fala? Caso sim, onde? E o que você entende por Soberania Alimentar? ”, conclui-se existir um grande desconhecimento dos mesmos. Entretanto, quatro produtores/consumidores se dispuseram a dizer o que eles compreendiam pelo conceito, estando as respostas fixas na categoria Agricultura Familiar e duas dando destaque a um possível contraponto com o agronegócio, como pode ser notado nas falas:

[...] acho que é sobre a agricultura familiar, sobre ser mais forte que o sojeiro” (P5);
“[...] não mas acho que tem a ver com a agricultura familiar” (P8).

Nota-se que mesmo desconhecendo o conceito, os dois produtores/consumidores entendem a categoria Agricultura Familiar, no processo de soberania, e um produtor/consumidor (P5) entende o contraponto da produção familiar frente a produção tradição do agronegócio, expresso na figura do *sojeiro*.

O terceiro tópico da entrevista é relacionado ao produtor/consumidor e o espaço de comercialização, especificamente nos fatores que o influenciam na decisão da produção e comercialização na “Casa do Produtor”. Eram duas perguntas nesta direção.

Nas respostas para a primeira pergunta “Que características você leva em consideração para decidir o que produzir, manipular/processar e comercializar nesse mercado? ”, notou-se três padrões nas respostas. O primeiro, com maior grau de frequência, foi o fator diversidade, como pode ser constatado no exemplo das respostas abaixo:

“A diversidade, para não ficarmos repetindo muito as coisas aqui dentro, então vendo banha, que só [cita nome de dois produtores] vendem, então trago os frangos, já cortados, e doces que faço com algumas frutas que compro aqui mesmo” (P3);

“Diversidade, acho que não posso ficar trazendo o mesmo que o outro produtor do lado traz” (P4);

“Diversidade aqui dentro, para não ficarmos todos vendendo as mesmas coisas, todo mundo sai perdendo assim, então procuro a diversidade” (P10).

O segundo padrão identificado foi a aptidão do agricultor como determinante para o que produzir, como pode-se notar nas falas dos produtores (P2), (P5), (P7) e (P9):

“O que meu marido mais gosta de produzir, e como não estamos tão novos, procuramos coisas mais fáceis” (P2);

“[...] ser orgânico” (P5);

“O que já aprendi com minha mãe, como fazer cuca, pão, bolachas, essas coisas” (P7);

“[...] e o que sei produzir, não adianta eu querer fazer algo que eu não sei fazer bem” (P9).

O terceiro fator que se apresenta como padrão nas respostas é o consumidor e o preço como determinante da produção, como pode ser notado na afirmação dos produtores/consumidores (P1) e (P6):

“O que o consumidor mais compra, o preço ajuda a decidir também” (P1);

“Produtos de qualidade, bonitos e que agradem quem compra” (P6).

Percebe-se então, que no sentido de decisão sobre o que produzir para vender, mesmo dentro de uma lógica de mercado, os produtores se veem não como indivíduos dentro da competição, mas sim, seguem uma lógica oriunda certamente do processo de cooperativismo que estão inseridos, em que se nota uma visão de coletivo dentro desse processo. Também se nota a valorização de suas próprias aptidões de produção, e mesmo com menor frequência nas respostas, temos o consumidor como determinante nesse processo.

Um outro tema que cabe destacar entre as respostas dos entrevistados é o do envelhecimento demográfico do campo no Brasil³⁵, que é

³⁵ Reconhece-se a importância do tema para pensar a Agricultura Familiar, portanto, para um maior aprofundamento do tema recomenda-se a leitura de Durston (1997), Camarano & Abramovay (1999), Goldani (1999), Silvestro *et. al.* (2001), Carneiro (2004), Anjos e Caldas (2005), Carneiro e Castro (2007).

percebido na resposta do produtor/consumidor (P2), quando afirma que *“como não estamos tão novos, procuramos coisas fáceis”*.

Nas respostas para a segunda pergunta deste tópico, “Você decide sobre o que produzir e o que comercializar? Existe alguém que influencia esses fatores? ”, percebe-se um sentimento de autonomia dos produtores/consumidores em relação ao mercado, ao mesmo tempo a presença da família no processo decisório. Tal análise pode ser confirmada nas falas dos produtores/consumidores (P1) e (P2):

“[...] quem influencia é a família, somos nós que trabalhamos para produzir a verdura” (P1);

“[...] decidimos em família, ninguém aqui no mercado manda o que temos que trazer ou não” (P2).

Percebe-se, contudo, a presença do consumidor e dos outros produtores/consumidores como determinantes na escolha do que produzir e vender, como podemos ver nas falas dos produtores/consumidores (P6), (P7) e (P8):

“Acho que o comprador que define, quando vejo que ele pede algo que não tenho digo que logo vou ter e tento descobrir como produzir ou fazer” (P6);

“[...] tenho liberdade em escolher o que quero fazer e vender, mas claro tenho que fazer algo que o cliente vai gostar” (P7);

“[...] mas como eu disse levo em consideração o que o colega está vendendo aqui dentro e o preço que está sendo vendido alguns produtos” (P8).

O quarto, e último tópico das perguntas realizadas para os produtores/consumidores, possui questões relacionadas ao papel do produtor também como consumidor. Na primeira pergunta “De onde vêm os alimentos consumidos pela sua família? ”, identifica-se uma interação entre a produção para de autoconsumo³⁶ e a produção para a comercialização na “Casa do Produtor”, como pode-se constatar nas falas dos produtores/consumidores (P1), (P5) e (P9):

“Vem nosso mesmo, daqui (Casa do Produtor) e o restante, como sal vem lá de fora” (P1);

“De casa mesmo, daqui e quando não tem aqui, espero chegar ou compro em outro mercado” (P5);

“Verdura e carne, tiro uma parte do que vou vender para ficar em casa, o restante compro aqui (Casa do Produtor) ou em outro mercado” (P9).

A segunda pergunta se relaciona a influência dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar nas escolhas dos produtores como consumidores. Na pergunta “A Segurança e a Soberania alimentar influenciam suas escolhas do

³⁶ Sendo caracterizada pelo seu valor de uso para os membros da família, é definido como uma parcela da produção produzida pela família e destinada ao próprio consumo, não possuindo característica residual e nem mesmo é incompatível com padrões de qualidade de mercado, sendo essas visões um estereótipo (GRISA & SCHNEIDER, 2008, p. 485).

lugar onde comprar e que alimentos comprar? Como?”, percebe-se que a influência dos conceitos-chaves desse trabalho comportam três fatores identificados pelos produtores/consumidores: a qualidade do alimento; a aversão ao produto industrializado e; a confiança na categoria da agricultura familiar. Estes três fatores podem ser observados nas afirmações dos produtores (P1), (P3), (P4) e (P6):

“A segurança ajuda, por isso compro aqui primeiro” (P1);

“Eu compro aqui (Casa do produtor), por que sei que tem qualidade, vem da agricultura familiar, não vem da indústria, cheio de conservantes” (P3);

“Quero um alimento de qualidade, então acho que estou querendo estar seguro” (P4);

“Sim, por isso compro aqui, aqui eu sei que é de qualidade” (P6).

A terceira pergunta deste tópico refere-se à porcentagem da renda familiar que é destinada para a alimentação (“Quantos por cento da sua renda familiar é destinado a alimentação? ”), com esta pergunta percebe-se que mesmo havendo a prática do autoconsumo entre as famílias entrevistadas, foi indicado um gasto que pode oscilar entre 50 e 60 por cento da renda.

A quarta pergunta é destinada aos critérios que para os produtores/consumidores, definiriam o que seria a Segurança Alimentar (“Quais são, para você os critérios que definem Segurança Alimentar? Você se considera seguro, alimentariamente falando? ”). Observou-se em primeiro lugar que todos se sentem seguros, alimentariamente falando. Em segundo lugar, identificaram-se três fatores interligados nas falas dos produtores/consumidores, com destaque para a confiança na categoria da agricultura familiar e nos órgãos fiscalizadores; a quantidade e a qualidade dos alimentos e; a forma como os alimentos são produzidos. Pode-se observar esses fatores nas falas dos produtores (P1), (P3), (P4), (P5) e (P7):

“Comendo bem e sem veneno. Eu me sinto sim, como muito do que produzo e confio nos companheiros aqui do mercado” (P1);

“Acho que não passando fome e também não pegando alguma doença, pois uma lata de milho te enche tão bem quanto uma espiga de milho, mas a lata tem muita coisa dentro dela. Sim, me considero” (P3);

“Acho que o que falei antes, estar certo com a vigilância sanitária, sem produzido sem veneno e quando for uma compota, pão ou cuca ser feito em um espaço apropriado. Sim, me considero” (P4);

“Comendo com qualidade e quantidade boa, estou seguro sim, olha aí quantos produtos frescos da agricultura familiar” (P5);

“Comendo bem e com qualidade. Eu me sinto, não como muita comida com conservante, evito tudo e compro muito orgânico e ainda tenho a minha horta” (P7).

A quinta e sexta perguntas analisadas destaca o caráter amplo que a qualidade do alimento pode ter. Neste sentido, “Entre qualidade e preço, qual o maior determinante para você na hora da compra? ” e “O que você define como qualidade de um alimento? ”, todos os produtores/consumidores argumentaram que preferem optar pela qualidade do alimento que pelo preço. Quando perguntados sobre as características que definiria a “qualidade” do alimento, as falas ficaram centradas no processo de produção, na categoria da agricultura familiar e nos órgãos fiscalizadores, como pode ser visto nas afirmações dos produtores/consumidores (P2), (P5), (P8) e (P10):

“[...] seria como posso dizer, um alimento bem embalado, sem uso de veneno, bem processado, essas coisas” (P2);

“Sendo da agricultura familiar e sem veneno” (P5);

“Orgânico, do dia, bem embalado sem machucados” (P8);

“Orgânico, da agricultura familiar, bem embalado” (P10).

A sétima pergunta tem como objetivo indicar se o produtor se sentia satisfeito com a qualidade e com a quantidade dos alimentos que conseguia comprar na “Casa do Produtor”. Todos afirmaram que sim.

Por fim, entende-se que essa seção demonstra que, mesmo sem ter conhecimento sobre o conceito da Segurança e a Soberania alimentar, de um modo geral, os produtores/consumidores possuem as ideias em seus discursos e ações sobre estes assuntos. Também se percebe que a cooperação entre estes, fortalece ainda mais sua sobrevivência dentro do mercado e os auxilia em suas estratégias. Isto é perceptível na interação entre eles, quando buscam a diversidade para escolherem o que produzir e o que vender. Quanto ao autoconsumo, mesmo tendo uma pequena dependência financeira, ou seja, vender sua produção para poderem se alimentar, sua alimentação ainda recorre aos produtos da agricultura familiar e, de certa forma, a maioria dos agricultores prezam os mesmos valores vinculados à produção.

3.3 PERCEPÇÕES DOS CONSUMIDORES DA “CASA DO PRODUTOR”

Pretende-se apresentar nessa seção, o resultado das entrevistas realizadas com os consumidores da “Casa do Produtor”. Foram realizadas 10 entrevistas dispostas em três tópicos, o primeiro contendo uma pergunta para traçar o perfil do consumidor; o segundo contendo três perguntas relacionadas com a percepção de Segurança e Soberania alimentar por parte dos consumidores e; o terceiro contendo sete perguntas relacionadas ao consumidor e a “Casa do Produtor”. Tal como no questionário realizado com os produtores/consumidores, para dar maior conforto e liberdade ao consumidor questionado, elegeu-se o anonimato, assim, quando for apresentado a fala dos consumidores, será expressa a letra “C” e o número referente ao consumidor, sendo de 01 a 10.

Tal como na seção anterior, as respostas nessa seção, também serão apresentadas de acordo com a estrutura do questionário, dando ênfase em respostas chave, que possam esclarecer melhor os pontos de vista.

No primeiro tópico, foi realizada uma pergunta referente a idade e os dias em que o consumidor mais frequenta o espaço. De um modo geral, as idades dos entrevistados variam entre os 22 e os 55 anos. Quanto aos dias que mais frequentam o espaço, cabe ressaltar que mesmo estando aberto por toda a semana, e as perguntas terem sido realizadas em diferentes dias, o sábado aparece como dia de destaque, seja por fatores de disponibilidade de tempo ou de mercadorias na “Casa do Produtor”.

O segundo tópico da entrevista teve como foco a percepção dos consumidores entrevistados a respeito dos conceitos de Segurança e Soberania alimentar. A primeira pergunta, “Você já ouviu falar sobre o conceito de Segurança Alimentar? O que você entende por Segurança Alimentar? ”, quanto ao conhecimento prévio do conceito de Segurança Alimenta, percebeu-se um balanço entre os que não conheciam e os que conheciam, destacando o papel da mídia como auxiliador na formação desse conceito para os consumidores.

Referente ao que entendem por Segurança Alimentar, pode-se localizar três fatores de influência: os órgãos de fiscalização dos alimentos, a qualidade, sendo essa relacionada a produção do alimento, e a questão do acesso ao alimento. Tais fatores podem ser identificados nas falas dos consumidores (C2), (C3), (C5) e (C9):

“[...]para mim seria a certeza que nós consumidores possamos ter uma alimentação que minimize os problemas de saúde e maximize o bem-estar (C2);

“[...]tem a ver com a qualidade do alimento e o uso ou não dos agrotóxicos, mas acho que também tem a ver com a quantidade de alimento que o cidadão consegue comprar” (C3);

“ [...] “mas acho que tem a ver com a forma que os produtos são vendidos, embalados, resfriados igual eles fazem aqui” (C5);

“[...]acho que é quando come mais de três vezes ao dia, não passa fome e também não tem obesidade” (C9).

Percebeu-se então que a qualidade, quantidade e acesso aos alimentos são elementos que a grosso modo definem a Segurança Alimentar na percepção desses consumidores, somada a consciência sanitária de um produto como a forma que está embalado e refrigerado, caso seja necessário.

A segunda pergunta deste tópico é referente a Soberania Alimentar, “Soberania Alimentar, você já ouviu falar? Caso sim, onde? O que você entende por esse conceito? ”. Os entrevistados em grande maioria não ouviram falar sobre o conceito e, em sua maioria, não se sentiram à vontade para opinar sobre o que interpretariam por Soberania Alimentar, com exceção dos consumidores (C2), (C3), (C6) e (C7). Ester tiveram suas interpretações em conexão direta com a categoria Agricultura Familiar e a capacidade de produção local dos alimentos:

“ [...] entendo que seria a capacidade da produção de alimentos para o consumo local ou regional” (C2);

“ [...] mas a palavra soberania me faz pensar na força do agricultor” (C3);

“ [...] acho que tem alguma coisa a ver com a agricultura local, tipo a familiar” (C6);

“ [...] vou chutar que tem a agricultura familiar envolvida” (C7).

A terceira pergunta do segundo tópico se relaciona a influência dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar nas escolhas dos consumidores, sendo as perguntas “Esses conceitos, Segurança e Soberania Alimentar, influenciam em suas escolhas de onde comprar os alimentos? Como e porquê? ”. Nota-se que a grande maioria dos entrevistados se percebe como principal influenciador da Segurança Alimentar. Em suas respostas pode-se identificar os fatores da qualidade dos alimentos, nas questões de produção, e de disposição do alimento na estrutura do local e, também, a fiscalização, como pode ser visto nas afirmações dos consumidores (C3), (C5) e (C8):

“Sim, por isso compor aqui, como eu disse, a variedade dos produtos é maior aqui e a qualidade também, aqui tem pessoas que vendem produtos

orgânicos e também tem os da agricultura familiar que produzem diversas coisas como queijo, salame, bolachas, essas coisas” (C3);

“Sim, eu não vou comprar em qualquer lugar onde a carne não é mantida gelada, ou as folhas das verduras não estão novinhas” (C5);

“Sim, pensando pelo lado da fiscalização, sempre vejo se está bem embalado, se não está com algum cheiro estranho essas coisas rotineiras” (C8).

O segundo tópico das perguntas aos consumidores, refere-se ao consumidor e a “Casa do Produtor” dando atenção as suas escolhas alimentares e os fatores que as influenciam. A primeira pergunta do segundo tópico é “Quais são os produtos que você mais compra nesse local e porquê? ”. Os consumidores destacaram produtos que vão desde frutas e verduras, passando por alimentos já processados como pães, cucas, queijos e salames. Quanto ao motivo de escolher comprar esses produtos na “Casa do Produtor”, percebe-se a presença da confiança na categoria agricultura familiar, e na diversidade de alimentos que o espaço pode trazer, frente aos ofertados em outros mercados. Pode-se perceber todos esses elementos na afirmação do consumidor (C9), cabendo destacar que outros consumidores também deram atenção aos mesmos elementos.

“Procuro por produtos mais tradicionais da agricultura familiar local, como queijo, vinho, salames, e também as carnes, como a galinha caipira que já vem até cortada. Como é agricultor familiar o que ele vende aqui ele consome também, não preciso me preocupar com a qualidade, pois não vão querer o mal para quem vem sempre comprar deles, diferente do mercado lá fora (outros mercados) que você não faz ideia de quem foi que produziu o que tem na latinha ou no pacotinho” (C9).

Percebe-se a presença de outro elemento, já tratado no capítulo anterior, da agricultura familiar inserida nos mercados locais, que é a relação de confiança. Entende-se que em todo o ato de compra existe um contrato de confiança por trás, porém, no caso dos mercados locais, esse ato é mais forte e a compra é personificada, ganhando uma maior carga de significados.

As perguntas dois e três, do segundo tópico, trabalham a questão da qualidade do ponto de vista do consumidor, sendo elas “Entre qualidade e preço, qual o maior determinante para você na hora da compra? ” e “ o que você define como “qualidade” de um alimento?”. Referente a comparação qualidade X preço, grande maioria dos consumidores entrevistados definiu que leva em questão a qualidade do alimento como elemento para a tomada de decisão, mas destacam que, às vezes, o preço pode pesar, como pode-se perceber nas falas dos consumidores:

“Qualidade, o barato pode sair caro” (C1);

“Qualidade, estou em uma idade que não posso me arriscar” (C3);

“Qualidade, ainda que o preço as vezes possa desfavorecer” (C7).

No que diz respeito ao entendimento dos consumidores de o que é “qualidade” de um alimento, percebe-se três fatores de influência, com destaque para a aparência, a forma de produção ligados a origem dos produtos, as práticas de manipulação dos alimentos, a conservação e a fiscalização, como pode ser visto nas falas dos consumidores (C3), (C4), (C7), (C9) e (C10):

“Um produto saudável, sem conservantes, de preferência fresco e claro que seja bem embalado e todas essas coisas que o pessoal da vigilância sanitária deve exigir” (C3);

“[...] eu considero qualidade ser da agricultura familiar, pois como eles fazem e vendem a preocupação com os consumidores podem ser maiores” (C4);

“Ser orgânico já diz tudo para mim, não tendo veneno, não dando câncer nem para os agricultores e nem para mim, já está valendo” (C7);

“Origem confiável, como é aqui o mercado da agricultura familiar, e aparência” (C9);

“Saber de onde veio, como foi produzido, se está bem embalado, cheira bem, se a vigilância sanitária vigia o lugar, essas coisas” (C10).

A quarta pergunta, “Você se sente satisfeito com a quantidade e a qualidade dos alimentos que você consegue comprar nesse espaço?”, mesmo tendo um caráter aberto, ou seja, disponível para as mais diversas opiniões dos entrevistados, não foi discutida, mas todas as respostas foram positivas, afirmando que estão satisfeitos com a quantidade e com a qualidade dos alimentos adquiridos no espaço.

A quinta pergunta foi “Você compra os mesmos alimentos que são disponibilizados aqui em outros locais? Caso sim, porque? ”. De acordo com as respostas coletadas, percebeu-se que raramente os consumidores procuram outros mercados para comprar os produtos ali adquiridos, e quando ocorre, é devido à falta de tempo ou mesmo diferenciação de preços, em casos de promoção, por exemplo. Entende-se que essa pergunta abriu espaço para os consumidores reafirmarem sua escolha com o local, conforme se observa nas falas dos consumidores (C3) e (C4):

“[...] o pessoal daqui trabalha muito e a qualidade e o sabor é muito diferente, as vezes quando não tem um milho ou algumas coisa assim acabo tendo que comprar em outro lugar, mas são raras essas situações” (C3);

“[...] nos mercados é muito difícil você encontrar o leite que não seja de caixinha por exemplo, e eu já vi no jornal falarem de tanta porcariada que colocam dentro desse leite. Também não é muito fácil achar a banha e os vinhos que eles chamam nos outros mercados de “da colônia” não dão nem para fazer um sagu” (C4).

A sexta pergunta foi referente ao percentual da renda familiar, do consumidor, gasto com a alimentação, onde, pode-se perceber uma oscilação entre cinquenta e cinco e setenta por cento (55 e 70%).

Por fim, a sétima pergunta realizada para os consumidores se dividia em duas reflexões, “Quais são para você os critérios que definem segurança alimentar? Você se considera seguro, alimentariamente falando? ”. Os critérios definidos pelos consumidores envolvem principalmente as questões da qualidade do alimento no âmbito da produção, como pode ser exemplificado nas falas dos consumidores (C2), (C3) e (C10):

“Uma quantidade e qualidade de alimentos satisfatória” (C2);

“Não passando fome e nem ficando doente (com o que come) ” (C3);

“Acho que não passar fome e que a comida não faça mal a você como comida produzida com agrotóxico” (C10).

A respeito de se sentirem inseguros, alimentariamente falando, percebeu-se que a grande maioria manifestou que se sente segura, porém cabe destacar a fala de dois consumidores:

“por mais que aqui dentro se sabe a procedência dos produtos, como aqui não é meu único local de compra, fica difícil determinar uma segurança alimentar” (C1);

“porém não me sinto seguro (alimentariamente) em minha atual condição, economicamente falando” (C2).

Entende-se assim, que a percepção dos mesmos destaca o papel da renda como fator para a segurança alimentar, bem como falta de confiança nas grandes cadeias de alimentação.

Percebeu-se assim, ao final deste capítulo que os consumidores possuem a consciência de princípios da Segurança Alimentar e Soberania Alimentar ao mesmo tempo em que reconhecem o papel importante das cadeias curtas de produção e dos mercados locais para a efetivação destas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo abordar os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar pelo ponto de vista dos produtores e consumidores da “Casa do Produtor”, ou seja, entender como os conceitos influenciam nas práticas e escolhas cotidianas desses atores que frequentam diariamente esse espaço.

Nesse sentido, ao pensar a Segurança Alimentar, a primeira ideia que surgiu foi explicitar o significado da fome e do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), dois aspectos fundamentais para a garantia da Segurança Alimentar e Soberania Alimentar. Assim, o primeiro capítulo demonstrou, inicialmente, o processo de percepção da fome e como mudou a forma de entendê-la interpretá-la ao passar do tempo.

Em um primeiro momento, a fome era reconhecida a partir de fatores naturais, como secas, alagamentos, pandemias e epidemias, mas com o avançar da sociedade e suas relações, tais fatores naturais foram sendo superados. Entretanto, a fome continuava constante e logo percebe-se um novo causador: as relações socioeconômicas.

Ainda no primeiro capítulo debate-se a necessidade de se garantir a alimentação ao ser humano, dentro da incapacidade das instituições, nacionais e internacionais, de equilibrar os interesses públicos diante dos interesses privados, em vista da garantia do acesso aos alimentos, elevando a luta contra a fome a um nível jurídico. Ao se reconhecer que a fome não é apenas uma questão de ampliar a produção e sim de acesso aos alimentos, surge a reivindicação pelo DHAA, em 1966, por meio do Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), direito esse composto pelas premissas de disponibilidade e acessibilidade.

Pensar em disponibilidade e acesso aos alimentos é pensar em Segurança e Soberania Alimentar, mas também pensar no impacto social e econômico que tal conceito pode ter, porém, antes de mais nada, é preciso compreender o processo de evolução do conceito. Este foi apresentado ainda no primeiro capítulo, seu processo histórico e como tal conceito vem sendo interpretado em diferentes momentos da política nacional. O que “fica” desse conceito é seu

caráter de permanecer em processo de construção, porém, também remete ao seu caráter interpretativo. Dentro dessa questão, surge o conceito essencial para o trabalho, que é o da Soberania Alimentar, com seu viés mais político e sistemático da realidade.

Ao concluir o primeiro capítulo, procurou-se apresentar uma inter-relação entre a percepção de que a fome não mais era uma questão natural, mas se tornou uma questão socioeconômica, que necessita de um aparato jurídico para resolvê-la, assim foi introduzindo o DHAA.

Sendo o DHAA já adotado em algumas nações, como no caso brasileiro, na Constituição Federal, buscou-se apresentar a Segurança Alimentar como uma ferramenta de avanço dentro da garantia desse direito. Porém, destacou-se as possibilidades que o conceito poderia ter, no caráter interpretativo e apresentou-se o conceito de Soberania Alimentar como um contraponto, em primeiro momento, mas depois foi destacado o caráter de complementariedade que ambos os conceitos possuem e os seus espaços de atuação.

Ao debater o processo evolutivo e contraponto dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar, dentro do problema da fome, percebeu-se um ator diretamente inserido dentro desse debate, que são os Agricultores Familiares.

Neste sentido, o segundo capítulo desse trabalho objetivou explicitar a categoria Agricultura Familiar como ator responsável para o desenvolver esses conceitos. No segundo capítulo, ao explicitar os dados sobre a produção da Agricultura Familiar dos alimentos básicos da dieta do brasileiro, ficou claro o papel da categoria para a Segurança e a Soberania Alimentar. Como pode ser visto na primeira seção do segundo capítulo, houve um momento na história em que esta categoria foi deixada de lado, diante de um plano de modernização da agricultura, que tornava quase impossível a reprodução da categoria da Agricultura Familiar.

Mas, os avanços dos debates e de ocupação do espaço pela categoria, sobretudo espaços políticos das políticas públicas, a mesma foi conquistando, aos poucos, reconhecimento, políticas diferenciadas, visto suas aptidões de produção local, como é o caso do desenvolvimento dos mercados institucionais voltados para a categoria, mencionados na primeira seção do segundo capítulo. Constatou-se que além dos mercados institucionais, a Agricultura Familiar,

conquistou também os mercados locais, do qual é tema a segunda seção do segundo capítulo, a relação da Agricultura Familiar dentro dos mercados.

O que “fica” desse segundo capítulo é a percepção da importância da Agricultura Familiar do ponto de vista político e econômico, além de ser também símbolo de resistência, pois, sobreviveu ao processo de modernização da agricultura, que quase inviabilizou a sua forma de produção; manteve sua característica de trabalho familiar e; ocupou (e ainda ocupa) espaços importantes para a garantia dos processos de Segurança e Soberania Alimentar.

No terceiro capítulo, depois de ter levantado os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar, Agricultura Familiar e suas relações com o mercado local, foram apresentados os dados coletados por meio das entrevistas com os agricultores e consumidores do espaço “Casa do Produtor”.

O que pode-se comprovar com os produtores foi que, em maior ou menor grau, mais ou menos exposto, os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar se fazem presente em suas percepções e suas práticas de produção, e também de consumo, já que também demandam alimentos para o seu consumo. Percebeu-se, também, dentro de suas falas, uma grande influência do processo de cooperativismo que estão inseridos, pois quando questionados a respeito dos fatores determinantes para o que produzir e vender, a diversidade se fazia presente, não para ampliar o seu nicho de mercado, mas para não ocorrer uma competição de produto entre eles mesmos.

Pode-se comprovar nas entrevistas com os consumidores que esses também possuem uma base, de maior ou menor grau, sobre os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar, já que características como quantidade, qualidade, acesso se fizeram presentes em suas falas. Outra questão que vale destacar foi a percepção dos consumidores de que a Segurança Alimentar também poderia vir do processo de venda direta, produtor-consumidor, visto que esse processo reforçaria e incorporaria outros valores, característicos da categoria Agricultura Familiar, ao já existente contrato de confiança no processo de compra e venda de alimentos.

Por fim, entendo que existe uma percepção de Segurança e Soberania Alimentar, tanto por parte dos produtores quanto dos consumidores. Tais percepções não são conceituais, porém, diversos elementos como acesso,

quantidade, qualidade, reconhecimento da importância da categoria, deixam claro essa afirmação de existência dessas percepções, mesmo que não conceituais, em suas práticas cotidianas. Entende-se que estas percepções devem ainda serem “lapidadas”, possivelmente pela aproximação com a Agricultura Familiar organizada, em constante diálogo com a sociedade. Entende-se a necessidade de se estabelecer uma via de mão dupla, em que de um lado seja possível o fortalecimento da categoria Agricultura Familiar, nos mercados locais, e, de outro lado, seja possível a sociedade se beneficiar de alimentos que possuem uma carga maior de significados e de qualidade.

REFERENCIAS

ABRANDH, **O Direito Humano a Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** / organizadora Maria Leão, Brasília, 2013.

ALENCAR, A. G. **Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome**. Rev. bras. polit. int. vol.44 nº1. Brasília jan/june 2001.

ANDRADE, M. M. D. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 6ª. Ed. São Paulo, Atla, 2003.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. **O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização**. Ensaios FEE, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. Ed – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ARNALETE, E. Formas de producción y tipos de explotaciones en la agricultura española: viejas y nuevas líneas de diferenciación. In: B. Gomes y J. J. Gonzalez Rodrigues. **Agricultura y sociedad en la España contemporánea (org.)**. MAPACIS, p. 501-531. 1997.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. A Erosão Cultural Alimentar: Processo de Insegurança Alimentar na Agricultura Familiar. In: **Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural**, 2005, Porto Alegre. Anais. Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre, 2005.

BELIK, W. Desenvolvimento Territorial e Soberania Alimentar. In: Niemeyer, A. F. Pedro, R. (Org.). **Segurança Alimentar: Produção Agrícola e Desenvolvimento Territorial**. 1ed. Campinas: Alínea.v.1, p. 169-192. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União. - Seção 1 - 25/7/2006, Página 1. Brasília. 2006.

BURLANDY, L. COSTA, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e desenhos de investigação**. In: KAC, G. SICHIRI, R. GIGANTE, D. P. Epidemiologia Nutricional. Rio de Janeiro, Fiocruz-Atheneu, 2007.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil- Panorama dos últimos 50 anos** - IPEA - Texto para discussão nº 621. 1999.

CAMPOS, C. S. S. **Campesinato autônomo** – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. Revista Lutas & Resistências, número 1, pg. 146-162, UEL/Gepal, Londrina, setembro de 2006.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. **Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil**. Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales, Universidad Barcelona, vol. XI, n. 245 (68), 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568.htm>. Acesso em: 19 out. 2015.

CAPORAL, F. R. **Em defesa de um plano nacional de transição Agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Brasília, 2009.

CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, 2001.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, PEDRO, P. P. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed.Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2004.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª. Ed. Rio de Janeiro, Edições Antares, 1984.

CHONCHOL, J. **A Soberania Alimentar**. Estudos Avançados. 19 (55), 2005.

CIMEIRA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO In. **World Food Summit**: Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação, Itália, 1996. Disponível em < <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.HTM> >. Acessado em: 07/11/2015.

CONSEA. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: a experiência brasileira. Brasília, novembro de 2009.

CONTI, I. L.; BAZZOTI A.; RADOMSKY, G. F. W. **Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional**: Um estudo sobre a relação produção – consumo nos municípios de Toledo (PR) e Contagem (MG). Revista Extensão Rural, DEAER –CCR – UFSM, Santa Maria, v.22. n. 1. jan./mar. 2015.

CUNHA, A. S. Dinâmicas e territorialidade da agricultura familiar na campanha gaúcha: O caso do Rincão dos Saldanhas e o Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana – RS. XXI Encontro Nacional de Geografia, Uberlândia, 2012.

DURSTON, J. **“Juventud rural en América Latina: Reduciendo la invisibilidad”** - Trabalho apresentado ao XXI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia - São Paulo. 1997.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

FAO/INCRA.1996: **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê estatístico**. Proyecto UTF/BRA/036. Brasília. Publicado em Agosto 1996.

FBB & UNICAFES. **Estratégias de acesso a mercados para a Agricultura Familiar**. Sergipe Soluções Gráficas Ltda. Brasília, 2013.

FOSSA, J. L.; COMERLATTO, D.; PIOVEZANA, L. **Indicadores de participação do estado de Santa Catarina no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no território de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil 17p. 2015.

FRANÇA, C.G. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil** / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P. M. de Azevedo Marques. – Brasília: MDA, 2009.

GAMBA, J.C.M; MONTAL, Z.M.C. **Direito humano à alimentação adequada e responsabilidade internacional**. Londrina. Semina: Ciências Sociais e Humanas, v.30, n.1, p. 53-70, jan./jun. 2009.

GLASS, V. Agricultura em Família, In: **IPEA – Desafios do Desenvolvimento**. VirtualPublicidade. Ano 8, nº 66. Curitiba, 2011.

GOLDANI, A.M. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos sessenta: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, p.75-114. 1999.

GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **“Plantar pro gasto”**: A importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. RER, vol. 46, nº2, p. 481-515. Piracicaba, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) e Ministério das Relações Exteriores (MRE). **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil**. Documento elaborado para a visita ao Brasil do relator especial da Comissão de direitos humanos da ONU sobre direito à alimentação. Brasília, março de 2002.

JARDIM, A. C. S.; PEREIRA, V. S. **Metodologia qualitativa**: É possível adequar técnicas de coleta de dados a conceitos vividos no campo? SOBER. Porto Alegre, 2009.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. In: TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; LONGOSILVA, G.; TOLONI, M. H. A. **Nutrição em Saúde Pública**. São Paulo: Rubio, 2011, p. 471-488.

LAMPA, F. M. **Recampanização na distribuição de alimentos**: uma análise comparativa entre núcleos da rede ecovida de agroecologia e suas relações com o mercado. 179 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. **Contribuição ao tema de Segurança Alimentar no Brasil**. Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação da UNICAMP, vol. IV, p. 66-88. 1996.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE, v.25, nº1, p.229-322. Porto Alegre, 2004.

MALUF, R. S. J.; ZIMMERMANN, S. A. (2014) **Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, diferenças e complementariedades no enfoque das políticas públicas**. ANAIS IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural - “Sociedades Rurales latino-americanas: Diversidades, contrastes y alternativas”, 06 a 11 de outubro de 2014.

MARQUES, P. E. M.. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, 17(2): 78-87, Campinas, 2010.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**. Brasília, 2013.

MENEZES, F. **Segurança alimentar**: um conceito em disputa e construção. Rio de Janeiro, IBASE, 2001.

MIRANDA, R. S. **Segurança e soberania alimentar – alimento ou mercadoria? Um tema a refletir**. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 5, nº2, p. 25-32. Porto Alegre, 2012.

MONTEIRO, C.A. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil**. São Paulo: Estudos Avançados (17) 48. 2003.

MOREIRA, C. Soberania alimentar e Fome Zero. IN: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Fome Zero, uma história brasileira**, vol II. Brasília: MDS, 2010. pp.48-59.

MOREIRA, C. Cenário nacional – panorama brasileiro da situação do DHAA: principais avanços e desafios. In: **Relatório Final do Seminário “A exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”**. Brasília, 2010.

MORUZZI, M. P. E. **Embates em torno da segurança e soberania alimentar**: estudo de perspectivas. Segurança Alimentar e Nutricional, v.17, p. 78-87,2010.

NASSIF, M. I. O Avanço das commodities. In: **IPEA – Desafios do Desenvolvimento**. VirtualPublicidade. Ano 8, nº 66. Curitiba, 2011.

ORTEGA, A. C.; VIAN, C. E.; COUTO, E. P.; PEREIRA FILHO, N.; BELIK, W. **Segurança Alimentar: evolução conceitual e ação das políticas públicas na América Latina**. Relatório técnico, Cuaderno Fodepal, 31p. 2006.

PAULILO, M. **O peso do trabalho leve**. Ciência Hoje. Rio de Janeiro. 5 (28), p. 64-70. 1987.

PIERRE, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. In: XLVIII Congresso da Sober, 2010, Campo Grande. XLVIII Congresso da Sober, 2010.

PLANALTO, **Produção cresce 20% ao ano em Mapitoba, a nova fronteira agrícola do Brasil**. Publicado em 16/05/2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/producao-cresce-20-ao-ano-em-mapitoba-a-nova-fronteira-agricola-do-brasil>> Acesso em: 10/11/2015.

PLEIN, C; FILLIPI, E. E. **Capitalismo, agricultura familiar e mercados**. REDES, v.16, n.3, p. 98-121. Santa Cruz do Sul. 2011.

PORTAL BRASIL, **Preço médio das terras no Brasil aumentou 300% nos últimos anos**. Publicado em 02/03/2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/preco-medio-das-terras-no-brasil-aumentou-300-nos-ultimos-anos>> Acessado em: 10/11/2015.

PORTILHO, F. **Consumidores de alimentos orgânicos**: De modo posto, hábitos dos estilos de vida locais tornam-se globalmente determinantes. De modo posto, hábitos dos estilos de vida locais tornam-se globalmente determinantes. 26º Reunião Brasileira de Antropologia, GT 29. Porto Seguro,2008.

PORTILHO, F. **Novos atores no mercado:** movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Política & Sociedade*, vol. 8 – nº 15. p. 199 – 224, outubro de 2009.

Revista Digital Guia Mais. **É dia de feira, terça-feira, quarta-feira, não importa a feira.** Publicado em 27/02/2015. Disponível em <<http://www.guiamedianeira.com.br/materiasRevistaGuia/8590/E+dia+de+feira,Terca+-+feira,+quarta-feira,+nao+importa+a+feira>> Acessado em: 11/11/2015.

ROSA, A.V. **Agricultura e Meio ambiente.** São Paulo: Atual, 1998.

ROSA, E. Panorama Latino americano da situação de realização do DHAA: principais avanços e desafios. In. **Relatório Final do Seminário “A exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”.** Brasília, 2010.

SANTOS, F.; TONEZER, C.; RAMBO, A. G. **Agroecologia e Agricultura Familiar: Um caminho para a soberania alimentar?** SOBER. 19p. Porto Alegre. 2009.

SCARABELOT, M., SCHNEIDER S., **As Cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – Um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC,** 2012.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 1999.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 18, nº 51, p.99-123, São Paulo. 2003.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZZELA, A. A. Histórico da caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In. SCHNEIDER, S; SILVAM. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** p. 21-50. Porto Alegre, 2004.

SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. **Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar?** Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. RESR, Piracicaba – SP. Vol. 51, Nº 1, p. 045-068, Jan/Mar 2013.

SCHUTTER, O. A realização do direito humano à alimentação adequada hoje. In. **Relatório Final do Seminário “A exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”.** Brasília, 2010.

SCHUTTER, O. América Latina: experiências em DHAA. In. **Relatório Final do Seminário “A exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”.** Brasília, 2010.

SODERO, F. P. **Direito Agrário e Reforma Agrária.** São Paulo: Ed. Legislação Brasileira. 1968.

SILVESTRO, Milton Luiz (et.al.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOFA (2014). Disponível em https://www.fao.org.br/download/SOFI_i2.pdf Acesso em 21/10/2015.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. IN. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Fome Zero, uma história brasileira**, vol III. Brasília, MDS, 2010. p. 144-156.

TEDESCHI, L. A. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF. 2001

THOMAZ JUNIOR, A. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil**. Geocrítica. Porto Alegre, 2007.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VIVAS, E. **O que é Soberania Alimentar**. Artigo publicado inicialmente em catalão em etselquemenges.cat, a 16 de janeiro de 2014.

WANDERLEY M. N. B. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora da UFPR n. 2. p. 29-37.jul.ldez. 2000.

WESZ JUNIOR, V. J. **Agricultura familiar brasileira frente as transformações do sistema agroalimentar contemporâneo: a estratégia de verticalização da produção**. Cadernos de Economia (UNOESC), v. 12, p. 35-54, 2008.

WÜLFING, A. F. **Mercados Locais não comoditários para produtos da agricultura familiar: ensaiando uma análise no Rio Grande do Sul**. 306 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

ZAMBERLAN, J; FRONCHETI, A. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONARIO DE ENTREVISTAS COM PRODUTORES E CONSUMIDORES DA “CASA DO PRODUTOR”

Entrevista com produtores/consumidores

Perguntas relacionadas ao perfil do produtor/consumidor.

1. Qual é a sua idade a quanto tempo trabalha com a venda de sua produção?

Perguntas relacionadas com a percepção dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar.

1. Você já ouviu falar sobre o conceito de Segurança Alimentar? Caso sim, onde? E o que você entende por Segurança Alimentar?
2. E Soberania Alimentar, já ouviu falar? Caso sim, onde? E o que você entende por Soberania alimentar?

Perguntas relacionadas ao produtor e ao espaço de comercialização.

1. Que características você leva em consideração para decidir o que produzir, manipular/processar e comercializar nesse mercado?
2. Você decide sobre o que produzir e o que comercializar? Existe alguém que influencia esses fatores?

Perguntas relacionadas ao papel do produtor como consumidor.

1. De onde vem os alimentos consumidos pela sua família?

2. A Segurança e a Soberania alimentar influenciam suas escolhas do lugar onde comprar e que alimentos comprar? Como?
3. Quantos por cento da sua renda familiar é destinado a alimentação?
4. Quais são, para você os critérios que definem Segurança Alimentar? Você se considera seguro, alimentariamente falando?
5. Entre qualidade e preço, qual o maior determinante para você na hora da compra?
6. O que você define como qualidade de um alimento?
7. Você se sente satisfeito com a qualidade e a quantidade de produtos que compra nesse local?

Entrevista com consumidores

Pergunta relacionada ao perfil do consumidor

1. Qual sua idade, e quantas vezes por semana vem a esse local?

Perguntas relacionadas a percepção dos conceitos de Segurança e Soberania alimentar

1. Você já ouviu falar sobre o conceito de Segurança Alimentar? O que você entende por Segurança Alimentar?
2. Soberania Alimentar, você já ouviu falar? Caso sim, onde? O que você entende por esse conceito?
3. Esses conceitos, Segurança e Soberania Alimentar, influenciam em suas escolhas de onde comprar os alimentos? Como e porquê?

Perguntas relacionadas ao consumidor e a “Casa do Produtor”

1. Quais são os produtos que você mais compra nesse local, e porquê?

2. Entre qualidade e preço, qual o maior determinante para você na hora da compra?
3. O que você define como “qualidade” de um alimento?
4. Você se sente satisfeito com a quantidade e a qualidade dos alimentos que você consegue comprar nesse espaço?
5. Você compra os mesmos alimentos que são disponibilizados aqui em outros locais? Caso sim, porque?
6. Quantos por cento da sua renda familiar é destinada a alimentação?
7. Quais são para você os critérios que definem segurança alimentar? Você se considera seguro, alimentariamente falando?

**APÊNDICE B – OFÍCIO E QUESTIONÁRIO DESTINADO A CARACTERIZAÇÃO
DA “CASA DO PRODUTOR”**



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP).
DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR.**

Foz do Iguaçu, 17 de novembro de 2015

Prezado Sr. José Fernando Battisti ou portador.,

Ao cumprimentá-lo, solicito por meio de sua pessoa, junto à Cooperativa de Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná – Coafaso Unidade Medianeira, se possível, responder as questões a respeito do espaço de comercialização “Casa do Produtor” (em anexo), que são referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso do discente Samuel Barreto Siqueira, devidamente matriculado no curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) sob o número de matrícula 201110228. A pesquisa do referido discente tem por objetivo abordar a Segurança e a Soberania Alimentar a partir do ponto de vista dos agricultores familiares que comercializam seus produtos na “Casa do produtor”, bem como dos consumidores desses produtos. Destaco a atenção que os dados fornecidos, por meio do questionário em anexo, serão usados pelo discente apenas para fins acadêmicos.

ANEXO DO OFÍCIO

O objetivo das seguintes perguntas é de caracterizar o espaço de comercialização “casa do produtor” onde as duas categorias, agricultor familiar e consumidor, essenciais para a efetivação da pesquisa, se encontram.

- 01). Como surgiu a “Casa do Produtor”?
- 02). Que atores/instituições participaram nesse processo (agricultores familiares, cooperativas, etc)?
- 03). De quem é hoje a responsabilidade da administração e manutenção desse espaço?
- 04). Qual o número de produtores que hoje comercializam nesse local?
- 05). Existem regras para que os produtores possam comercializar seus produtos no mercado?
- 06). Quais são os órgãos reguladores desse local?
- 07). Qual a média de movimento mensal de compradores nesse espaço?
- 08). Existe algum entendimento sobre os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar? Essas noções se fazem influentes na organização do mercado do produtor e dos produtos comercializados?